

EDITORA MULTIFOCO

O BRASIL E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

ORGANIZADORES

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Karl Schurster

Igor Lapsky

Ricardo Cabral

Jorge Ferrer



Rio de Janeiro, 2010

POR UMA HISTÓRIA COMPARADA DAS DITADURAS

Francisco Carlos Teixeira Da Silva¹

APRESENTAÇÃO

A temática da Segunda Guerra Mundial, em seus aspectos civis e militares, tem sido, nos últimos anos, objeto de estudos constantes e de seguidas publicações no Brasil. Tal frequência tem sido facilitada, em grande parte, pela visita de pesquisadores brasileiros aos arquivos específicos da Alemanha, Itália, Estados Unidos e do próprio Brasil. Da mesma forma, a abertura dos arquivos policiais brasileiros, depois do fim da ditadura militar e, em especial, com a vigência da Constituição de 1988, ampliou a possibilidade de novos estudos.

Em verdade, a história do Brasil à época das graves crises internacionais que antecederam a Segunda Guerra Mundial, a participação e o impacto no país no conflito mundial, e, *a fortiori*, as relações (formais ou emulativas) entre a ditadura brasileira dos anos '30 e '40 com os regimes congêneres europeus só emergiram muito tardiamente nos departamentos acadêmicos brasileiros. Mais dramática ainda é a ausência de estudos sobre as relações e percepções do Brasil (o Estado e as instituições, inclusive da sociedade civil) em face aos regimes e movimentos ditatoriais existentes na América do Sul. Da mesma forma, as relações entre o Terceiro Reich e os nossos vizinhos, as afinidades ideológicas ou a atuação das instituições nazistas no continente, só muito recentemente tornar-se-iam tema da pesquisa histórica. Assim, ainda não possuímos nada que seja realmente relevante sobre as relações do Brasil com o regime de

1. Professor Titular de História Moderna e Contemporânea da UFRJ (com a tese “Europa: a historiografia conservadora de Leopold Von Ranke”, UFRJ, 1993), mestre em história social pela UFF (orientado por Francisco Falcon e Maria Yedda Linhares, com a dissertação “A Formação Social da Miséria”, 1979) e doutorado na UFF e na Universidade Livre de Berlim (orientado por Maria Yedda Linhares e Reinhard Liehr, com a tese “A Morfologia da Escassez”, 1991). Fundador do Laboratório de Estudos do Tempo Presente, em 1994; Professor convidado da Escola de Guerra Naval (convênio Pro-Defesa UFRJ-Ministério da Defesa) e Professor Emérito da ECEME, 2001.

Perón na Argentina e com os movimentos reformistas e autoritários no Peru, Chile, Bolívia e Paraguai na mesma época.

As relações específicas, e as influências possíveis, entre os fascismos ibéricos (seguindo a classificação de Ernst Nolte na obra citada na nota 3) – Salazar, Franco – e o regime Vargas, em termos específicos de história das relações internacionais, ainda espera seu historiador.

De qualquer forma, mesmo os estudos específicos sobre as ditaduras brasileiras, e suas relações com as demais ditaduras coetâneas, europeias e sul-americanas, ainda não aconteceu entre nós.

Apesar de tais ausências e lacunas, os estudos brasileiros sobre a Segunda Guerra Mundial e das ditaduras não era uma escolha comum entre nós antes dos anos de 1970 e deparavam, constantemente, com forte resistência por parte dos meios acadêmicos brasileiros. Era comum, por exemplo, tratar da Época Vargas sem qualquer recurso ao “momento internacional” e as relações de diversos tipos entre o Brasil e as principais potências da época. Da mesma forma, era comum ignorar o subsistema de relações internacionais, defesa e segurança, existente no hemisfério ocidental – construído pelos Estados Unidos depois da primeira reunião Pan-Americana ainda no século XIX – e, no seu bojo, o sistema ancilar sul-americano, em especial as relações no Cone Sul da América do Sul².

Predominava no conjunto dos estudos o famoso “Complexo de Ilha” ou então a identificação automática, e acrítica, de experiências e fenômenos nacionais – inclusive e principalmente a experiência ditatorial brasileira - com um evento genérico e rebarbativo denominado “nazi-fascismo”³.

2. A primeira Conferência Pan-Americana deu-se em 1889 e abriu uma longa série de encontros de cimeiras dos governantes das três Américas sob a sombra da chamada Doutrina Monroe. Nos anos de 1930, com o rearmamento da Alemanha, tais conferências se multiplicaram criando as estruturas de um sistema regional, de cunho hemisférico, de relações internacionais, segurança e defesa. No Pós-guerra, já sob o clima da Guerra Fria (1945-1991) o sistema evoluiu para um arcabouço jurídico sob a forma do TIAR/Tratado Interamericano de Assistência Recíproca estabelecido na Conferência do Rio de Janeiro de 1947, integrado institucionalmente a OEA/Organização dos Estados Americanos, criada em 1948. Ver para mais detalhes: PRADO, Maria Lígia Coelho. A Formação das Nações Latino-Americanas. São Paulo, Atual, 1986.

3. A ideia de um “nazi-fascismo” advém diretamente da imprensa brasileira da época e deveria descrever a aliança Berlim-Roma, mais tarde “o Eixo”, bem como todos os fenômenos de tipo “autoritários” existentes na

Somente com os estudos iniciais de Stanley Hilton⁴, fortemente ancorados nos arquivos norte-americanos, abriram-se os caminhos, de forma original, para uma análise detalhada da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Da mesma forma, o impacto interno da guerra, em si mesma, e das diversas atividades e dos diversos fenômenos ligados, de uma forma ou outra, com o ambiente que envolvia o conflito mundial eram ausentes da historiografia nacional. Assim, dependendo da orientação do historiador, podíamos ver uma Vargas mais ou menos “fascista”, onde o debate sobre a própria natureza dos fascismos – o que é fundamental para caracterizar um regime e um governante de “fascista” – não só era precário como no mais das vezes inexistente.

Grande parte destes entraves, repetições e tautologias da historiografia brasileira advinha da ausência de debate com o material arquivístico, bem como com as demais historiografias especializadas. Além disso, ou por isso mesmo, devemos lembrar a tremenda fragilidade da história política no Brasil anterior aos anos de 1970.

época. Não advinha de qualquer estudo sistemático sobre as características do fascismo italiano ou do fascismo alemão, denominado nacional-socialismo ou nazismo. Da mesma forma, a compreensão moderna – conforme E. Nolte ou Robert Paxton, entendendo o fenômeno fascista como um amplo movimento que marca uma época histórica era totalmente estranho aos comentaristas brasileiros. No entanto, o interessante é que os estudiosos brasileiros talvez zelosos de mostrar suas fontes de época aderiram a esta versão totalmente acrítica de mera descrição jornalística do fenômeno sob a forma de “nazi-fascismo” e a reproduziram *ad infinitum* em seus textos até os dias de hoje. Ver NOLTE, Ernst. Die faschistischen Bewegungen. Munique, DTV, 1966; STERNHELL, Zeev. La droite révolutionnaire: les origines françaises du fascisme. Paris, Fayard, 1978; MILZA, Pierre. Les Fascismes. Paris, Imprimerie Nationale, 1985; KÜHNEL, Reinhard. Faschismus Theorien. Fulda, Distel Verlag, 1990; BURON, Th. E GAUCHON, Pascal. Les fascismes. Paris, PUF, 1979; PAXTON, Robert O. A anatomia do fascismo. São Paulo, Paz e Terra, 2007. A citação de um número tão grande autores numa única nota, para além de qualquer pretensão ao esnobismo intelectual, visa mostrar como diversas historiografias (alemã, francesa e anglo-saxã) são, desde os anos de 1970, acordes em reconhecer o fenômeno dos fascismos (no plural) como um acontecimento histórico que marca uma época. Assim, a insistência injustificada da historiografia brasileira em insistir em “nazi-fascismo” – algo como “libero-liberalismo” ou “sócio-socialismo” – deve ser rapidamente revista.

4. As duas principais (e pioneiras) obras que, a partir de arquivos internacionais, colocam o Brasil no contexto da crise que irá desembocar na Segunda Guerra Mundial, bem como sobre a ação e hesitações do Governo Vargas em face dos fascismos é: HILTON, Stanley. Suástica sobre o Brasil. Rio, Civilização Brasileira, 1977 e O Brasil na Crise Internacional 1930-194, Rio, Civilização Brasileira, 1977.

Na universidade tradicional, anterior à instalação da pesquisa pós-graduada nos anos de 1970 e começo de 1980, a história política era conservadora, finalista e ufanista, sem quaisquer esforços críticos. Após a renovação da pesquisa histórica no Brasil – iniciada pela história econômica e seguida pela história social, das mentalidades e da cultura – a história política ficou para trás e foi um dos últimos territórios do historiador a se renovar no Brasil.

Talvez, antes mesmo de analisarmos as possibilidades de uma história das ditaduras no Brasil, seja interessante um breve passeio pela trajetória da história política no Brasil.

A HISTÓRIA POLÍTICA NO BRASIL

A demora da historiografia em centrar sua análise sobre a Revolução de 1930 e a Era Vargas – em especial o período ditatorial entre 1930 e 1934 e depois a ditadura do Estado Novo, entre 1937 e 1945 –, deveu-se, em grande parte, a desconfiança da historiografia tradicional perante os estudos que hoje chamamos de “tempo presente”. Para a maioria dos estudiosos formados no Brasil, tanto na antiga FnFi (ou seja, a Faculdade Nacional de Filosofia) da Universidade do Brasil – e que daria origem aos diversos centros de história do Rio de Janeiro (tanto a UFRJ e a UFF quanto a PUC e o CPDOC) quanto na USP, valia ainda a advertência de *Pierre Renouvin*, o decano dos estudos de relações internacionais, sobre o perigo da interferência das “paixões” no ofício dos historiadores (RENOUVIN, 1959)⁵. Assim, questões fundamentais sobre a recorrência dos regimes ditatoriais no Brasil (e na América Latina), a fragilidade de suas instituições políticas e a persistência do mandonismo e do caudilhismo na vida pública, ficaram relegadas a segundo plano em face dos estudos sobre o período colonial, grande pivô da historiografia nacional até os anos '70 do século XX⁶.

5. RENOUVIN, Pierre. *Histoire des Relations Internationales*. Paris, Hachette, VIII v., 1959.

6. Notáveis exceções, e que somente mais tarde seriam assim entendidas, foram os trabalhos de dois juristas sobre a questão do voto, da participação política e da resistência à mudança no Brasil. Trata-se Victor Nunes Leal (1914-1985) com “Coronelismo, enxada e voto” (Rio de Janeiro, Forense, 1948), originalmente sua tese de concurso para FnFi, da Universidade do Brasil, defendida em 1947 e que inauguraria os estudos sobre o coronelismo e o mando no Brasil. Nunes Leal foi cassado e aposentado compulsoriamente da Universidade

No entanto o tremendo impacto da ditadura civil-militar iniciada em 1964, com sua longa duração, viria a mudar definitivamente a situação. Os jovens historiadores, agora desligados da formação conservadora representada pelas figuras dominantes nos departamentos acadêmicos, principalmente no âmbito da história do Brasil – tais como Helio Vianna na FnFi ou Manuel Nunes Dias na USP, ambos representando a face conservadora de tais instituições –, partiram para uma nova abordagem da história do Brasil.

A temática da história política, e das ditaduras, não foi, ainda desta vez, objeto de estudos rigorosos. A nova formação dos jovens historiadores, bem mais rigorosa e com forte diálogo com a economia, acabaram por se dedicar aos grandes estudos macroeconômicos da história do Brasil. Naquele momento a questão do “atraso”, do “subdesenvolvimento” e das estruturas sociais e econômicas resistentes à mudança eram as preocupações dominantes. A própria percepção da política como um epifenômeno das “estruturas econômicas” e a explicação via a chamada “determinação em última instância” – uma emanção do marxismo althusseriano então dominante no ambiente universitário – relegava a história política para um espaço subalterno das ciências sociais.

Assim, os anos ’70, do século XX, tornaram-se o apogeu da nova história econômica brasileira. Deu-se uma renovação profunda, em todos os setores de estudos: para a Época Colonial surgiram grandes abordagens renovadoras e mesmo revolucionárias em face das concepções anteriores, destacando-se nomes como Fernando Novais, Francisco Falcon, Ciro Cardoso, Jacob Gorender,

do Brasil (e do STF, onde era ministro) através do AI-5 em 1969. Outro estudioso da formação das elites do poder no Brasil foi Raymundo Faoro (1925-2003) com “Os Donos do Poder” (Porto Alegre, Editora Globo, 1958). Para Faoro a fragilidade da democracia brasileira devia-se a persistência de um estamento de proprietários de terras, em relações profundas e dependentes com o Estado – desde o período colonial – capaz de se reproduzir, e cooptar, de forma continua. De cunho fortemente weberiano, os conceitos de patrimonialismo e de sobredeterminação da propriedade serão centrais na obra de Faoro para explicar a resistência à mudança no país. Ambos são estudos pioneiros e bem mereceriam a designação de trabalhos fundantes. Entretanto são, ainda, em que pese sua tremenda riqueza para explicar o Brasil - textos estranhos ao procedimento da pesquisa histórica rigorosa. Suas fontes são centradas – um velho hábito dos historiadores do período pré-profissional da pesquisa histórica entre nós – na legislação e nos diplomas legais emanados do Estado, incluindo aí a Coroa Portuguesa. A pesquisa arquivística e a crítica das fontes ainda deverão esperar mais de uma década para tornar-se procedimento padrão.

Roberto Amaral Lapa, Alice Cannabrava, Maria Yedda Linhares entre outros⁷. Tratava-se da primeira geração de historiadores “profissionais” Brasil. Eles mesmos formados no exterior (Ciro Cardoso, Maria Yedda Linhares, Alice Cannabrava) ou através das pioneiras instituições de pesquisa pós-graduada no Brasil (como Fernando Novais, Francisco Falcon ou Jobson Arruda).

O grande centro do debate era a história econômica impactada pelos estudos da primeira fase da *École des Annales*, em especial os estudos de Ernest Labrousse, Jean Meuvret e de certa forma por Fernand Braudel, mas já com uma forte presença de novos pesquisadores, na maioria marxistas, tais como Pierre Vilar. As obras de Vitorino Magalhães Godinho, da qual Francisco Falcon foi o principal difusor no Brasil, foram também uma importante contribuição para a renovação da pesquisa Histórica no Brasil. Os temas recorrentes eram a escravidão, o regime de terras, a forma ou existência do mercado interno e a formulação das políticas econômicas pela Coroa Portuguesa (o imenso e rico debate sobre o “pacto colonial” ou “Antigo Sistema Colonial”)⁸.

7. O conjunto da produção destes historiadores voltou-se diretamente para o passado colonial do país, sem dúvida o território de maior prestígio para a pesquisa acadêmica naquele momento. Fernando Novais (nascido em 1933) dedicou-se a uma análise detalhada da crise do colonialismo português, produzindo uma obra de grande impacto na formação dos novos historiadores brasileiros. Seu trabalho, por vicissitudes editoriais, circulou bem mais como parte de um pequeno caderno de leitura, editado pelo CEBRAP, do que uma obra completa, que só apreciaria mais tarde, embora sua tese de doutoramento, defendida na USP em 1973, circulasse amplamente sob a forma de cópias xerocadas. Novais representou um seminal corrente historiográfica voltada para a comprovação das teses de Caio Prado Junior e do rigor oriundo dos longos anos de trabalho com Alice Cannabrava. Ver: NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo, Hucitec, 1983. Já Francisco Falcon (também nascido em 1933), após uma longa e silenciosa luta de resistência contra os epígonos da ditadura na antiga FnFi, transformada em IFCS da UFRJ, dedicou-se ao estudo da gestão do Marques de Pombal, voltando-se diretamente para a História Moderna de Portugal. A sua atuação, especialmente na pós-graduação de História da UFF, foi fundamental para o restabelecimento, após a débâcle representada pela ditadura, do Rio de Janeiro como centro respeitável de pesquisa histórico. Lá foi o responsável pela formação de uma numerosa geração de novos historiadores. Sua principal obra o tornou um historiador reconhecido no Brasil e em Portugal: A Época Pombalina, Política e Econômica e Monarquia Ilustrada. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1993. Entretanto Falcon teve uma influência ainda maior através de uma pequena publicação – em associação com Gerson Moura e mais tarde com Antonio Edmilson Rodrigues – denominada: Formação do Mundo Contemporâneo. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1975, que acabou por criar um verdadeiro método de trabalho para todos os futuros professores de história contemporânea no Brasil.

8. No debate travado sobre a natureza da sociedade colonial brasileira e suas relações com a Metrópole por-

De certa forma, esta primeira geração de historiadores profissionais ainda tinha que realizar, parafraseando Marx, seu ajuste de contas com sua consciência histórica anterior. Assim, dedicaram-se a aprofundar, reafirmar ou refutar as grandes teses explicativas “de Brasil”, a maioria delas decorrentes do chamado “Redescobrimto do Brasil” (conforme a feliz expressão de Carlos Guilherme Motta) dos anos 1930. Tratava-se, pois de rediscutir e testar trabalhos pioneiros de grandes intelectuais brasileiros. Desta forma Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré e Gilberto Freyre⁹ (aos quais se somaria logo depois Celso Furtado) seriam assim a fonte seminal do debate que orientaria esta primeira geração de historiadores profissionais.

Coube ainda a esta primeira geração de historiadores profissionais a fundação, ou especialização, dos primeiros centros rigorosos de pesquisa acadêmica em história no Brasil. Assim, entre os anos de 1980 até o final da década seguinte foram criados e consolidados vários centros de pesquisa pós-graduada em História. Durante longo tempo apenas a USP, através de sua Faculdade de

tuguesa destacam-se os trabalhos de Fernando Novais – já citados – e de Ciro Cardoso e Jacob Gorender (nascido em 1923). Em torno destes textos, em pleno período de organização da resistência contra a ditadura militar, armou-se um imenso debate, onde os aspectos políticos – e mesmo partidários – não eram estranhos. Indiretamente, a partir de premissas sobre a pertença sistêmica da economia brasileira a um “sistema colonial” englobando Colônia e Metrópole ou a existência de uma dinâmica própria, interna e de novo tipo (um “modo de produção colonial”) animavam, não sem aspereza, o debate acadêmico da época. Em suma, grande parte do debate dava-se à sombra da chamada “teoria da dependência” com a qual as ciências sociais da USP, naquele momento, perfilavam-se amplamente. Ver: CARDOSO, Ciro. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979 e GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*, São Paulo, Ática, 1978.

9. Referimo-nos aqui a algumas das obras fundantes do pensamento historiográfico brasileiro, capazes de formular hipóteses de trabalho que nortearam as pesquisas acadêmicas nas décadas seguintes, a saber: HOLLANDA, Sergio Buarque (1902-1982). *Raízes do Brasil*, São Paulo, 1936; PRADO JÚNIOR, Caio (1907-1990). *Evolução Política do Brasil*, São Paulo, 1933; FREIRE, Gilberto (1900-1987). *Casa Grande & Senzala*. Recife, 1933. Não podemos deixar de citar, ao lado destes três “fundadores” outros trabalhos que marcaram profundamente a historiografia brasileira como Nelson Werneck Sodré (1911-1999) com “*História da Literatura Brasileira*”, de 1938. No entanto a influência de Sodré foi imensa, ao lado de Guerreiro Ramos, na atuação no ISEB/Instituto Superior de Estudos Brasileiros, onde criou uma verdadeira interpretação do Brasil. Devemos citar ainda Antonio Candido de Mello e Souza (nascido em 1918) com “*Formação da Literatura Brasileira*”, de 1947, e o seminal “*Parceiros do Rio Bonito*”, de 1964. Por fim, esta lista seria incompleta sem a citação de Celso Furtado (1920-2004), que através de seu livro “*Formação Econômica do Brasil*” (Rio, Fundo de Cultura, 1959) marcou de forma definitiva o conjunto dos trabalhos de história econômica no Brasil.

Filosofia, Ciências e Letras (ancorada em uma bem cultivada tradição “francesa” de pesquisa) impunha-se como um centro respeitável de pesquisas. As tentativas de criação de centros alternativos feitos ao longo dos anos de 1960 no Rio de Janeiro (em especial no IFCS da UFRJ com Maria Yedda Linhares, Eulália Lobo, Barbara Levy e outros) foram estancadas duramente pela ação da ditadura de 1964, que irá encarcerar exilar e aposentar dezenas de professores. Somente o curso de Antropologia, sediado no Museu Nacional da Quinta da Boa Vista (pertencente à antiga Universidade do Brasil e, desde 1967, UFRJ sob a direção de Roberto Cardoso de Oliveira¹⁰) pode escapar do obscurantismo que se abateu sobre o ensino universitário durante o final dos anos ‘60 e ao longo da década de ‘70.

Assim, devemos creditar a esta primeira geração de historiadores profissionais do Brasil duas tarefas fundantes do ensino e da pesquisa da história no país: a dedicação, em suas próprias obras, a uma ampla revisão crítica da historiografia brasileira e a fundação, em condições adversas, dos atuais grandes centros de pesquisa do país.

Particularmente o Departamento de História da UFF gozou, a este tempo, de grande liberdade de ação e de grande capacidade criativa. Era uma verdadeira ilha de liberdade acadêmica, uma exceção no conjunto do ensino universitário de história, em especial no Rio de Janeiro. O programa de pós-graduação em História da UFF (sob direção discreta, mas atuante - e solidária com os professores vítimas da ditadura - de Aidyl de Carvalho Preis) destacou-se desde logo como um promissor centro de pesquisa e ensino. Após uma fase inicial de importação de professores americanos, conseguiu formar um quadro de pesquisadores extremamente criativos e originais (inclusive recuperando professores afastados pela ditadura), indo de José Honório Rodrigues, Francisco Falcon, Ismênia Martins, Maria Yedda Linhares, Eulália Lobo, Nilo Bernardes e Ciro Cardoso. Coube ao departamento de história da

10. Roberto Cardoso de Oliveira (1928-2006) além dos trabalhos de pesquisa próprios dedicou-se largamente a profissionalização da pesquisa universitária, lutando pelo estabelecimento do regime de dedicação exclusiva associado à pesquisa com base para a profissionalização da universidade brasileira. Seus esforços culminaram na criação, em 1968, do curso de pós-graduação em Antropologia do Museu Nacional (UFRJ), modelo para todas as demais instituições de pós-graduação no Rio de Janeiro.

UFF operar o surgimento da segunda geração de historiadores profissionais brasileiros. Foi através dos cursos, debates e de pesquisas que emergiu aí, em Niterói, uma nova geração extremamente bem formada e que, emancipada da discussão inicial centrada na história econômica, pode abrir caminhos novos de investigação, propondo soluções e abordagens extremamente inovadoras. Devemos destacar aqui a flexibilidade, e capacidade de apoiar e incentivar a heterodoxia, desta “primeira geração de historiadores profissionais” nas suas relações com os jovens pesquisadores emergentes. Nunca houve uma imposição de temas, métodos ou abordagens, sendo, ao contrário, saudadas com simpatia e apoio as experimentações propostas pelos seus orientandos. Foi assim que emergiram novos trabalhos que iriam superar os limites do debate historiográfico anterior.

Ao lado da UFF, a partir de 1976, surgiu o CPDA - Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola – criado em dezembro de 1976, por ação de Fernando Leite - onde os departamentos de Políticas Públicas e de História da Agricultura desenvolveram atividades inéditas e criativas, em especial recuperando a história das lutas populares pela terra e pela Reforma Agrária. Por um bom tempo, em virtude da presença da ditadura nas universidades públicas (o CPDA era, inicialmente parte da Fundação Getúlio Vargas somente sendo integrado a UFRRJ em 1981) tornou-se um ativo centro de debates e de pesquisas, reunindo professores que não eram admitidos em instituições públicas. Lá atuaram Mauricio Tractenberg, com uma dura crítica ao Estado burguês no Brasil e, aí residia uma novidade, às análises marxistas do Estado, consideradas autoritárias e mesmo “absolutistas”. Da mesma forma, coube a Maria Yedda Linhares desenvolver, no CPDA, um método monográfico, regionalizado e de longa duração na pesquisa de história agrária, que será mais tarde ampliado na UFF (LINHARES e TEIXEIRA DA SILVA, 1982)¹¹, origem do que mais tarde seria chamado de “Escola Histórica do Rio de Janeiro”.

Ao longo da década de 1980, operou-se uma cesura extremamente interessante. Neste momento a história econômica *tout court* brasileira – derivada da vigorosa história econômico-social de tradição francesa - já mostrava sinais

11. LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. História da Agricultura Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1982.

de esgotamento, em grande parte derivado do próprio esgotamento do marxismo acadêmico e político que ocorria concomitantemente e que havia sido, em grande parte, sua fonte teórica. Assim, a própria natureza dos trabalhos desta segunda geração de historiadores profissionais optava por uma abordagem profundamente “antropologizante”, buscando novas metodologias e outros quadros teóricos para suas análises. O discurso, as diferenças, os grupos sociais e suas representações substituíram largamente as análises estruturalistas anteriores. Novos nomes no cenário historiográfico mundial como Carlo Ginzburg, Thomas Keith, E.P. Thompson – todos sob um véu nebuloso da presença ora de Michel Foucault ora de Antonio Gramsci - informavam as novas abordagens. Podemos destacar neste procedimento os trabalhos de Ronaldo Vainfas, Hebe de Castro, João Fragoso e Manolo Florentino como os melhores exemplos desta segunda geração de historiadores profissionais do Brasil.

De forma concomitante, a mesma cesura operava-se na USP chegando ao plano institucional com o surgimento de um programa de pós-graduação em história social e outro em história econômica. Aí os trabalhos de Laura Mello e Souza e de Nicolau Sevcenko surgiam como novas e criativas abordagens da história social. Em ambos os casos, na UFF e na USP, os territórios da história social, das mentalidades e da cultura confundiam-se largamente.

Embora alguns dos trabalhos desta nova geração apresentassem uma forte continuidade com as temáticas e períodos da primeira geração de historiadores profissionais no Brasil, as opções metodológicas e as abordagens propostas representaram, na prática, um claro rompimento, um passo à frente na pesquisa histórica. João Fragoso, oriundo do grupo de estudos dirigido por Maria Yedda Linhares, representou, já em sua dissertação de mestrado, uma profunda inovação na história, propondo uma análise sistêmica, profunda e majestosamente documentada da riqueza e pobreza no Brasil ao final do período colonial e no alvorecer do Império. Era marcante, aí, a rica combinação da contribuição da historiografia francesa, em especial de Ernst Labrousse com a, então, nova historiografia marxista, de caráter não stalinista (a chamada “Escola Polonesa”) de Witold Kula. Com Ronaldo Vainfas (inicialmente ligado aos jovens pesqui-

sadores dirigidos por Ciro Cardoso e depois voltado para a tradição uspiana), profundamente marcado pelas transformações historiográficas mundiais, em especial a história das mentalidades e da cultura, trouxe para os estudos acadêmicos uma nova sensibilidade para as práticas discursivas, as representações e as apropriações múltiplas dos fenômenos culturais, ao lado de uma prosa de qualidade, desde há muito esquecida na narrativa histórica brasileira. Coube, por sua vez, a Hebe Castro, também vinculada ao grupo de pesquisa de Maria Yedda, uma análise extremamente sensível, múltipla, da escravidão brasileira, tecendo uma narrativa sutil, sensível e antideterminista da escravidão no Brasil.

Manolo Florentino, por sua vez (também dirigido inicialmente por Ciro Cardoso) renovou e ampliou os estudos sobre a escravidão, o tráfico negreiro e a organização da família escrava no Brasil (tarefa compartilhada com João Fragoso), produzindo forte impacto sobre os estudos da demografia escrava no Brasil. Foi assim que os trabalhos iniciados sob orientação de Maria Yedda Linhares – de tipo monográfico, regional-local, de longa duração – foi ampliado e desenvolvido por Fragoso, Florentino e Hebe Castro, e outros colegas na UFF e na UFRJ, dando origem a chamada “Escola Histórica do Rio de Janeiro”.

Tais trabalhos foram contemporâneos aos estudos de Laura Mello e Souza, na USP, que – sob impacto direto da obra de Ginzburg, da qual foi a grande difusora no Brasil – tratou dos personagens marginais e excêntricos do mundo colonial brasileiro, abrindo, através da história da cultura, um vasto território de pesquisa no país. Um percurso original foi desenvolvido por Nicolau Sevcenko, também na USP, que se voltou para a história urbana, os espaços de experiência e de vivência na grande metrópole, valendo-se largamente do uso da literatura. Por fim, devemos dar destaque a obra de Sidney Chaloub (originário da UFRJ, onde sob orientação de Maria Yedda Linhares iniciou seus trabalhos) inaugurou um novo território de estudos voltados para a marginalidade urbana, para as sociabilidades alternativas, e as estratégias heterodoxas de sobrevivência na sociedade escravista e imediatamente pós-escravista. Os estudos e cursos de Chaloub irão atrair um imenso número de jovens historiadores para a UNICAMP, uma universidade nova e com o perfil marcado pela resistência, qualidade e inova-

ção – que virá a desempenhar um papel de extrema relevância na renovação da história da República no Brasil (voltaremos a isso).

Enquanto isso, na UFF, Ismênia Martins desenvolvia seguidos seminários de pós-graduação em torno da História da República, com ênfase na história da República Velha, do movimento operário e do sindicalismo brasileiro. Os seminários de Ismênia Martins eram, ao seu tempo, os mais importantes e atualizados grupos de estudos de história política. Sua ênfase, marcada pelas leituras de Eric Hobsbawm e Thompson, sobre o mundo do trabalho, representaram uma forte renovação sobre a temática da participação política, da organização do trabalho e da experiência sindical. Coube ainda a Ismênia Martins a introdução da história oral como recurso rigoroso para a reconstrução das trajetórias e das estratégias de vida e de participação das classes trabalhadoras no Rio e nas suas cidades industriais entre 1889 e 1930. Mais tarde, a chegada de Eulália Lobo a UFF irá potencializar e ampliar os trabalhos já em curso dirigidos por Ismênia Martins. A larga experiência de Eulália Lobo na história sindical e na história das empresas atrairia um grande número de jovens pesquisadores.

Muitos dos futuros pesquisadores que viriam a renovar a história política no país participaram dos seminários de história da República Velha dirigidos por Ismênia Martins na UFF ao longo dos anos '80, em especial Israel Beloch e Marieta de Moraes Ferreira que viriam a ter um papel central no desenvolvimento da história política com a criação do CPDOC.

Na USP os seminários de Edgar Carone, por sua vez, mantiveram um constante interesse pela história política, em especial para a história da República Velha. Contudo, o trabalho de Carone – centrado em fontes tradicionais da história política, tais como manifestos, programas dos partidos, declarações e estatutos das associações de classe empresariais e de sindicatos – reafirmava a abordagem tradicional da história política, longe dos avanços em curso na UFF. Carone foi responsável por uma vasta bibliografia baseada na publicação de tais documentos, procedimento relevante ao seu tempo. Entretanto, as novas abordagens – em especial aquelas oriundas dos grupos de leitura formados no Rio de Janeiro, em torno da UFF desde meados dos anos '70, de obras de Gramsci,

Hobsbawm e Thompson - eram estranhas às suas preocupações. Da mesma forma, a criação do CPDOC, na FGV, e do Arquivo Edgar Leuenroth, na UNICAMP, e a posterior abertura dos arquivos e a transferência dos acervos ditos “da repressão” (em especial de São Paulo) para instituições públicas ¹², tornariam a publicação dos documentos “oficiais” de velho tipo absolutamente datada¹³.

A PERSISTÊNCIA DA TRADIÇÃO

Mesmo em face de tais avanços e de da renovação do campo da história em geral, a história política particular continuava nitidamente relegada a um segundo plano. Em especial, a história política pós-1930, e a história das ditaduras, ainda não atraíam a atenção dos professores e dos estudantes, capazes de produzir em fluxo constante e de qualidade sobre tais temas.

A resistência da história política, e a resistência à história política, devia-se grandemente ao conservadorismo da própria história política no Brasil¹⁴.

Durante muito tempo a história no Brasil foi história política. Os grandes manuais – de Adolfo Varnhagen até Hélio Vianna, passando por Rocha Pombo e Veiga Cabral (leituras obrigatórias no Colégio Pedro II e na Escola Normal, portanto formadores de gerações de professores!) – dominavam o ensino da história, com métodos recitativos de aprendizagem e eles mesmos marcados por forte fi-

12. Devemos destacar aqui o trabalho modelar do Arquivo Público Estadual de São Paulo – aí se criaram mecanismos e instrumentos de pesquisa bastante avançados, aplicou-se legislações modernas e extremamente transparentes de acesso e uso da documentação. Foram realizados também estudos temáticos de grande relevância para a história política das ditaduras e do impacto dos fascismos no Brasil. Devemos destacar o trabalho de Maria Aparecida de Aquino. Ver, da autora, “No coração das trevas: o DEOPS de São Paulo”, São Paulo, APESP, 2001.

13. CARONE, Edgar. A Primeira República, São Paulo, Difel, 1969 (obra seguida de copiosa produção) Devemos citar ainda, como uma produção interessante do período, e muito popular - sendo a primeira experiência exitosa de popularização dos textos de história, com uma ampla venda em quiosques de jornais – dos trabalhos de Hélio Silva. Malgrado o rigor documental de seus textos, contudo, nunca foi além de uma abordagem amadorística, longe dos grandes debates teóricos e metodológicos da nova história política. Ver SILVA, Helio. O Ciclo Vargas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.

14. Uma exceção extremamente interessante foi o trabalho isolado de Virginio Santa Rosa (1905-2001) chamado “O Sentido do Tenentismo, Rio de Janeiro, Schmidt editora, 1933, que se tornaria ponto de referência para todos os estudos posteriores sobre tenentismo”.

nalismo histórico. Desde Varnhagen (ou mesmo antes, com João Francisco Lisboa (1976)¹⁵) a história política devia, no Brasil, justificar a Independência. Para isso buscava-se, da forma mais remota possível, o nascimento da ideia “de Brasil”. Esta busca pelas origens acabou por criar uma “tradição nativista” inventada, muitas vezes fazendo com que a ideia de nação no Brasil antecede-se até mesmo o surgimento das nações modernas na Europa. Movimentos como Bequimão (1684), Mascates (1710-11), as Guerras Holandesas (1624-1654) e até episódios duvidosos e de parca significação, como a chamada “Aclamação de Amador Bueno” (1641), eram enfileirados até a dita “Conjuração” Mineira (1789) (não em Varnhagen, para não ofender aos Bragança reinantes) e a Conjuração Bahiana (1789) - só muito modernamente em virtude do seu potencial subversivo - mas, claramente excluindo as revoltas negras - parta culminar no Grito do Ipiranga, em 1822.

A historiografia política do Império¹⁶, e de forma ainda mais seca e descarnada, a historiografia da República Velha, tornaram-se para o estudante médio brasileiro um enfadonho desfile de nomes e datas organizados por critérios nacionalistas, ufanistas e descaradamente de classe, como no silêncio sobre as grandes comoções sociais tais como a Guerra de Canudos, do Contestado, revoltas como da Chibata ou o terror das chamadas “Salvações” da República Velha.

Foi a partir deste caráter factual, ufanista e “edificante” que a história política tradicional decidiu-se pela renúncia aos temas “da paixão”. Assim, na maioria dos cursos universitários nos anos ‘60 e ‘70 do século XX os programas encerravam-se na altura da República Velha, no máximo em 1930. Evitava-se, desta forma, uma pretensa politização - era este, em verdade, o sentido oculto da expressão “paixão” e do “prejuízo” que poderia acarretar - da história.

15. LISBOA, João Francisco (1812-1866). Crônica do Brasil. Apontamentos para a história do Maranhão (1864). Petrópolis, Vozes, 1976.

16. Uma notável exceção na historiografia do Império do Brasil foram os livros de Octavio Tarquínio de Souza. Trata-se de uma obra extremamente bem pesquisadas, fortemente documentadas, escritas com paixão e que se mantém viva mesmo não tendo utilizado métodos modernos. Ver por exemplo:

Neste momento a ditadura civil-militar apertava seu controle sobre a produção intelectual do país¹⁷, professores eram presos e aposentados compulsoriamente, ou exilados, livros expurgados das bibliotecas e estabelecia-se a censura prévia à produção científica e artística. Depois de 1969 impunha-se sobre a criação e produção acadêmica um firme controle estatal.¹⁸ Ao menos dois livros de alta qualidade historiográfica foram impedidos de circular por razões ocultíssimas ao observador: “Homens Livres na Ordem Escravocrata”, de Maria Sílvia de Queiroz e “Os Donos do Poder”, de Raymundo Faoro. Assim, mais difícil ainda tornava-se a possibilidade de uma renovação da história política.

Neste contexto, a maioria dos estudos se iniciou pelas bordas de uma história diretamente voltada para o tema das ditaduras na vida política brasileira. A renovação dos estudos de história política inicia-se por temas voltados para o sindicalismo, à participação política e o voto, partidos e instituições. Coube, assim, a um bom número de sociólogos e cientistas políticos, muitos agrupados no então IUPERJ, no Rio de Janeiro, e no CEBRAP, em São Paulo, o trabalho inicial de renovação.

17. Em especial através da imposição, pelo Decreto-Lei 1077 de 21 de janeiro de 1970, que estabelecia a censura prévia para a imprensa e a produção artística e intelectual brasileira.

18. Eram vários os mecanismos de controle do Estado ditatorial nas universidades. A cada unidade federal criada pela Reforma de 1967 impusera-se um DSI-Departamento de Segurança Interna, que reportava-se autonomamente - sem qualquer recurso aos reitores - ao SNI em Brasília. Além disso, vários alunos, funcionários e mesmo professores eram recrutados pelos serviços especiais, em particular dos Deops estaduais e dos serviços especializados das diversas forças militares e da polícia militar local. Tais práticas de espionagem e de delação - das quais professores e alunos eram igualmente alvos - criavam um clima de medo e suspeição capaz de envenenar profundamente o ambiente universitário. Além disso, no ato de matrícula - nas grandes universidades, como na UFRJ - era-se obrigado a apresentar uma “carta de recomendação” de um oficial das FFAA, sem o que - ao arripio da legislação em vigor - a matrícula do estudante não era efetuada. Ao lado disso vigorava o famigerado Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, que permitia, sem processo formal e ou defesa - por mera medida administrativa -, a expulsão de qualquer estudante que tivesse atuação dita ou considerada “política” no interior das universidades. Por fim, o recrutamento de novos docentes - que não passava por concursos públicos, sendo a indicação a norma - deveria se dar mediante a apresentação do chamada “Atestado de Ideologia” fornecido pela polícia política local. Muitos jovens pesquisadores foram presos no próprio ato de requisição ou de entrega do referido documento, o que fazia que grande parte dos interessados sequer fossem até a polícia política requisitá-lo. Algumas vezes o jovem professor concursado, já em plena atividade de ensino, tinha seus vencimentos retidos por não apresentar o referido “Atestado de ideologia”, obrigando-o a demissão sem direitos. Este foi o caso, por exemplo, do Prof. Afonso Carlos Marques dos Santos na UFF em 1976.

Tivemos, deste modo, de esperar um pouco mais para que surgissem – e circulasse entre nós – os primeiros estudos acadêmicos, de novo tipo, na história política do Brasil. Já existindo um amplo conjunto de estudos sobre a classe operária, o sindicalismo e partidos políticos – oriundos do campo das ciências sociais – pode-se verdadeiramente iniciar o trabalho de renovação da história política.

A EMERGÊNCIA DA RENOVAÇÃO

Escolhemos aqui três trabalhos, e três trajetórias, que expressam bastante bem o processo de renovação dos estudos de história política no Brasil. São pontos de partida para os debates que iriam perpassar as primeiras discussões sobre a natureza do Estado no Brasil. Trata-se, inicialmente, de dois autores clássicos na história das instituições políticas brasileiras: Boris Fausto e Francisco Weffort. A obra de ambos representa uma retomada, agora revigorada e renovada, da história política no Brasil. A temática de ambos, o funcionamento e as razões das crises das instituições políticas brasileiras, são um misto de rigor acadêmico e de preocupação política. De forma clara ambos nunca se negaram a ser o que Lucien Febvre chamaria de “homens de seu tempo”, com uma intensa participação e militância política, incluindo aí a resistência durante a Ditadura de 1964-1984. O terceiro nome é particularmente importante nos estudos das relações entre a Época Vargas e os fascismo, posto tratar-se do pesquisador que iniciou tais trabalhos entre nós: Gerson Moura (1939-1992).

Boris Fausto (nascido em 1930) buscou uma análise minuciosa, detalhada, de grande cuidado documental da natureza da República Velha no Brasil e da conseqüente Revolução de 1930. Seu livro, hoje um clássico da história política, tornou-se leitura obrigatória, inicial, sobre o tema (1970)¹⁹. Sua própria formação, iniciada no Direito e completada num curso formal de pós-graduação em História na USP (defendeu seu mestrado em 1967), demonstra os novos rumos, não mais bacharelescos, dos pesquisadores bra-

19. FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. História e historiografia. São Paulo, Companhia das Letras, 1970.

sileiros em História. Boris Fausto pertence, por sua influência nos meios acadêmicos e no seu papel formador, a primeira geração de historiadores profissionais do Brasil, em especial por ter escolhido uma temática complexa e que era normalmente considerada “não histórica”: a Revolução de 1930. O que resulta no clássico “A Revolução de 1930”, publicado em 1970 (cujo subtítulo, significativo, é “História e Historiografia”). Embora originário da USP – um baluarte da tese da autonomia e da liderança de São Paulo na construção da modernidade e da democracia no Brasil e fortemente anti-Vargas – Boris Fausto faz uma anatomia rigorosa do caráter da República Velha e suas instituições oligárquicas. Nem mesmo, considera a Revolução de 1932, contrariando boa parte da tradição política e da historiografia, um baluarte da democracia no país. Assim, o papel “inovador” e “modernizante” das elites industriais paulistas, uma referência obrigatória da tradição política nacional, é criticada pelo autor, que busca no rearranjo de poder entre os diversos grupos e elites de poder em âmbito nacional uma explicação mais convincente para o rompimento do pacto oligárquico em 1930. Para o que nos interessa – a relação da Época Vargas com os fascismos –, o trabalho de Fausto, de forma indireta, traz uma contribuição extremamente rica. Sem possuir uma pequena burguesia ampla e em dificuldades em virtude de seu empobrecimento e sem a presença de uma elite intelectual modernizante e mesmo modernista (como na Itália) ou um setor industrial forte assustado frente a uma “ameaça bolchevique” (como na Alemanha) – a tese de fascistização do Estado Novo torna-se extremamente frágil. A possibilidade de um fascismo brasileiro conquistando o Estado não se encaixaria em nenhuma das explicações clássicas sobre fascismos na Europa. Faltaria para isso contexto histórico e a sobredeterminação social capazes de impulsionar para o poder um movimento fascista autóctone²⁰.

20. Estaríamos aqui contrariando duas tradições políticas e historiográficas “combatentes” contemporâneas do próprio varguismo. As vertentes liberal e marxista, ambas vítimas da ditadura estadonovista, foram as primeiras a descrever Vargas como fascista, ou “fascistizante” ou o Estado Novo como versão “tupiniquim” dos regimes fascistas. Neste caso, o uso do termo fascismo distanciava-se claramente dos conceitos em debate para se transformar em arma política num duro combate contra uma ditadura cruel. Mais tarde, sob influência da

Assim, cada vez mais a ditadura no Brasil, no caso de Vargas, aproxima-se de um perfil clássico, mais ibérico e latino-americano do que fascista. Da mesma forma, a contribuição fundamental de Francisco Weffort (nascido em 1937) foi trazer uma análise detalhada da participação política dos diversos grupos sociais no processo de modernização, e suas resistências, do Estado brasileiro. Weffort, fortemente ligado à chamada “Escola Sociológica Paulista” (com Florestan Fernandes, Otavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso entre outros) propôs uma explicação sociologizante para o fenômeno que denominou de “populismo” na política brasileira. Para o autor, a rápida industrialização do país, a partir dos anos de 1930, trazendo um forte afluxo de trabalhadores rurais para as cidades – em especial do Nordeste brasileiro, onde vigia um renitente sistema oligárquico –, acabou por mimetizar as formas de clientelismo e mando do mundo agrário brasileiro para o interior da política nacional, gerando o “atrelamento” do movimento operário ao Estado.

Embora também Weffort não tenha avançado em torno de uma comparação com os regimes fascistas da Europa – e tão pouco se deixou levar por similitudes ou aspectos formais, externos, existentes entre os diversos regimes ditatoriais dos anos ‘20, ‘30 e ‘40 do século XX – sua análise poderia, muito bem, abrir caminho para comparações com formas específicas de fascismos, em especial na Península Ibérica e nos Bálcãs. Na maioria dos casos, uma grande maioria de historiadores e analistas políticos contemporâneos ao fenômeno fascista destacam a relevância da pequena burguesia urbana de tipo *boutiquier* – lojista – na aceitação e expansão do fascismo²¹, dando o seu perfil “popular”. Em alguns casos, em es-

Guerra Fria veremos o termo fascismo ser substituído por “totalitarismo”, outro conceito “combatente” e de difícil conceituação no campo da história.

21. Referimo-nos aqui a uma extensa bibliografia que inclui posições tão diversas quanto as análises sobre a nova classe média baixa nas sociedades industriais de massa, vistas como “desprovidas espiritualmente”, rompidas com a tradição e com a cultura política tradicional, mas também em busca de uma recuperação ilusória de segurança social e econômica. Ver Sigrifried KRACACAUER (1889-1966). Die Angestellten. In: Siegfried Kracauer: Werke in 9 Bänden. Herausgegeben von Inka Mülder-Bach und Ingrid Belke. Suhrkamp Verlag: Frankfurt am Main und Berlin 2004–2011. (Historisch-kritische Ausgabe) 1930 e TROTSKY, Leon (

pecial no norte agrário da Itália – no Vale do Pó e na Romagna -, bem como em Portugal e Espanha, a propaganda fascista teria se valido largamente da massa de pequenos proprietários, comerciantes e funcionários existentes no mundo rural em crise. Assim, os fascismos teriam uma imensa reserva de apoio nas massas de pequenos proprietários rurais excluídos e expulsos e na massa de pequenos burgueses urbanos em face de proletarização. Ou seja, a sobredeterminação – para continuáramos a usar um conceito de Nicos Poulantzas - de classe das ditaduras fascistas europeias e da ditadura estadonovista são extremamente diferenciadas, não havendo condições de nivelamento de ambos os fenômenos.

Surgiu aí toda uma tradição de associação entre o varguismo (e também do chamado “populismo”) com o fascismo – em especial o italiano – e com as medidas corporativas italianas. Este seria, sem dúvida, um campo extremamente interessante de debate. Entretanto, o esforço de comparação é superficial, centrando-se na atuação do DIP, as festas cívicas ou o uso da ginástica e do canto coral para caracterizar um fascismo, ou totalitarismo, brasileiro. Muito especialmente a natureza da Legislação Social e a CLT/Consolidação da Legislação Trabalhista no Brasil será considerada. muitas vezes, como virtual cópia da legislação fascista italiana²². A maioria destes trabalhos citam sempre as mesmas fontes, juristas envolvidos, ainda uma vez, numa leitura literal dos textos e sem qualquer esforço de crítica. Nada foi feito nesta direção pela historiografia brasileira (ou mesmo as ciências políticas) que se debruçasse verdadeiramente sobre o funcionamento

1879-1940) que irá insistir, para escândalo de muitos marxistas coetâneos, no caráter de massas do movimento fascista, assim como na sua unidade epocal, centrado nas largas massas de pequenos burgueses e do campesinato ameaçado pelo avanço do complexo agro-industrial capitalista no campo. Para uma ampla análise da obra de Trotsky, em especial face aos fascismos, ver The Lubitz Leon Trotsky Bibliography International Systematic Guide to Works about Trotsky and Trotskyism In: http://www.trotskyana.net/LubitzBibliographies/Trotsky_Bibliography/Leon_Trotsky_Bibliography_05.html.

22. Um debate em especial ficou extremamente mal amparado em toda esta querela sobre os fascismos, a Segunda Guerra Mundial e a Era Vargas. Tratava-se da natureza da legislação trabalhista e previdenciária varguista. Com extrema facilidade, sem qualquer exame comparativo rigoroso – no mais das vezes baseando-se exclusivamente em aspectos jurídicos formais – identificou-se a CLT brasileira e a estrutura sindical nacional com a chamada “Carta del Lavoro” criada na Itália fascista.

das sociedades fascistas e suas características, fragilizando a comparação com o caso brasileiro²³. As bases sociais da ditadura Vargas – para além da aceitação de seu próprio discurso como um “regime de trabalhadores” – são, ainda, um tema pouco explorado entre nós.

Entretanto, a história e as ciências sociais não percorreram tal caminho. Não houve uma aproximação analítica entre os fascismos e as ditaduras brasileiras dos anos '30 e '40 (de 1930 até 1934 e de 1937 até 1945). A maioria dos trabalhos manteve uma aproximação meramente formal – ou seja, buscando uma comparação possível através das formas mais externas de ambos os regimes, ou seja, buscando paralelos nas formas de propaganda, organização de movimentos de massa e demais aspectos liberticidas comuns aos mais variados tipos de ditadura. De qualquer forma, tais práticas de convencimento e de sedução²⁴ poderiam ser vistos em qualquer das formas clássicas de regimes de exceção – a ditadura, o bonapartismo e os fascismos, conforme a distinção clássica de Nicos Poulantzas²⁵. Podemos, mesmo levando o paradoxo ao seu extremo, dizer que as democracias liberais de massa, como nos Estados Unidos, perante graves crises nacionais – como a Grande Depressão e a ameaça da guerra mundial – optara por arranjos de tipo regulacionista (quer dizer, conforme o modelo de análise da Escola da Regulação, ligada a Benjamin Coriat e Aigletta e outros economistas pós-marxistas), capaz de compor um forte arranjo dirigista entre a classe trabalhadora e seus representantes sindicais e o grande capital, com a mediação do (grande) Estado.²⁶

23. Um ponto bastante interessante é o fato de que a chamada “Carta Del Lavoro” italiana jamais regulou o trabalho na Itália, voltando-se muito mais para a organização das corporações estatais. Mesmo assim, na própria Itália sob Mussolini, as medidas previstas na Carta não foram implementadas, permanecendo como um enunciado teórico e sem aplicabilidade. Ver TANNENBAUM, Edward. *The Fascist Experience*. Italian Society and Culture, 1922-1945. Nova York, Basic Books Inc, 1972, pp. 119 e ss.

24. Para a noção de “sedução” dos fascismos através da utilização da propaganda e das festas de massas ver: REICHEL, Peter. *Der Schöneschein des Dritten Reich*. Hamburgo, Carl Hanser Verlag, 1991.

25. Para uma discussão da modelagem dos regimes de exceção – quer dizer não liberais-democráticos, ver a distinção clássica operada por POULANTZAS, Nicos. *Fascisme et Dictature*. Paris, François Maspero, 1970.

26. O artigo de Alice Werner, neste livro, apresenta o histórico da formação teórica da chamada escola da

Esta sem dúvida é alma do *New Deal* de F.D. Roosevelt²⁷, bastante longe dos fascismos clássicos.

De qualquer forma voltaremos ao debate mais à frente.

O terceiro dos nossos autores “fundadores” dedicou-se diretamente ao tema e estabeleceu as teses principais sobre as relações entre os fascismos e a Época Vargas. Trata-se da obra seminal de Gerson Moura (1939-1992). Contudo, os trabalhos de Moura não se dedicaram a uma análise da natureza dos regimes políticos existentes naquele período. Seu objetivo básico, focal, era as relações internacionais no período imediatamente anterior a Segunda Guerra Mundial, em especial as relações entre Brasil e Estados Unidos. Gerson Moura era originário da antiga FnFi, onde foi fortemente influenciado pela antiga “História

regulação e avança no entendimento dos arranjos entre Estado, capital e o trabalho no pós-Crise de 1929. A análise proposta por Werner lança uma nova luz ao debate sobre a natureza do chamado “corporativismo”, implicando na demonstração de que a maioria dos Estados naquela altura, na busca de soluções para crise – e o desemprego – assumiram funções de regulação da economia, com forte dirigismo econômico fossem regimes democráticos (como nos Estados Unidos ou França), fossem regimes fascistas (como no caso da Itália). Por outro lado, certa confusão estabeleceu-se entre nós pela repentina evidência do livro do economista romeno Mihail Manoilescu (“O Século do Corporativismo: a doutrina do corporativismo integral e puro”. Rio de Janeiro, José Olympio Editores, 1938). A atribuição a Manoilescu da paternidade, ou inspiração, das medidas dirigistas e organizadoras do trabalho entre nós esbarra em algumas dificuldades. O livro de Manoilescu foi escrito em 1934 e publicado em 1938 (no Brasil, antes de ser publicado na Europa). Ora, em 1938 já havíamos passado pela experiência de organização do trabalho da Constituinte de 1934, onde pela primeira vez foram introduzidas instituições classistas, inclusive de representação, na legislação brasileira. É verdade que Manoilescu foi bastante popular entre fascistas e fascizantes – foi elogiado seguidamente por Marcelo Caetano, por exemplo. Entretanto, sua obra não pode ser considerada como original ou uma fonte teórica, sendo um trabalho tardio e de divulgação. Na verdade, as grandes medidas fascistas já haviam, desde muito, sido implantadas na Itália através das chamadas “Legge Fascistissima”, Decreto no.2008, de 25/11/1926. Na verdade, para buscarmos a popularidade da ideia de corporativismo entre nós deveríamos nos dirigir às fontes brasileiras, como Oliveira Vianna (1883-1951) e mesmo Lindolfo Collor (1890-1942), e a experiência portuguesa sob Salazar, já em curso desde 1928, muito populares entre nós. Da mesma forma a doutrina que emana das encíclicas de Leão XIII em especial da *Rerum Novarum*, de 1891.

27. Para o debate sobre o *New Deal* ver BRINKLEY, Alan. *The Ends of Reform*. Nova York, Knopf Doubleday, 1996. Numa chave de análise regulacionista, com brilhante detalhamento das ações do Estado mediando os conflitos entre o grande trabalho – o sindicalismo organizado – e o grande capital ver LIMONCIC, Flávio. *Os inventores do New Deal: Estado e sindicatos no combate a Grande Depressão*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

Diplomática”, conforme era ensinada por Delgado de Carvalho (1884-190)²⁸ e Maria Yedda Linhares até a grande crise da universidade entre 1964 e 1969. É verdade, que depois de 1959, com auxílio dos jovens pesquisadores Francisco Falcon, Pedro Celso Uchoa, Arthur e Hugo Weiss, a cadeira de história moderna contemporânea da FnFi abandonara o formalismo da História Diplomática como fora ensinada por Delgado de Carvalho para dedicar-se a uma vigorosa análise terceiro-mundista, extremamente crítica e participativa. A ênfase centrava-se claramente no estudo dos imperialismos e no fenômeno, coetâneo então, da descolonização. Já Gerson Moura dedica-se, numa trajetória original, ao estudo das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, pontuando com precisão a substituição da Grã-Bretanha pela grande república americana como país hegemônico no hemisfério. Foi em seu trabalho de dissertação de mestrado – volumoso e original, numa época em que não possuíamos cursos acadêmicos de doutorado no Rio de Janeiro - que Gerson Moura propôs algumas teses que se mantêm, até hoje, como o centro do debate para as relações trilaterais Brasil/Terceiro Reich/Estados Unidos. A elaboração da dissertação foi feita no então IUPERJ, responsável pela introdução, no Brasil, de uma vigorosa e frutífera tradição anglo-saxã em ciências políticas e fundador do campo acadêmico das relações internacionais na sua acepção mais moderna. Na dissertação “Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942”, publicada em seguida (1980) Gerson Moura obteve largo sucesso e ampla aceitação, impulsionando suas pesquisas de doutorado na *University College* de Londres, em 1982. Desta feita Gerson dedicava-se diretamente ao relacionamento entre os três países durante a Segunda Guerra Mundial, com a tese intitulada *The changing nature of Brazil-United States Relations during and after the Second World War*.

Repetindo e ampliando as ideias originais da dissertação de mestrado Gerson Moura insiste na capacidade autônoma do Brasil em negociar com as grandes potências da época – Alemanha e Estados Unidos principalmente, chegando inclusive a uma certa “chantagem” política e econômica que teria resulta-

28. CARVALHO, Delgado de. História Diplomática do Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959.

do na concessão americana de recursos para a criação da CSN, ponto de arranque da industrialização brasileira.

O rigor metodológico e o recurso às fontes primárias americanas e brasileiras converteram as pesquisas de Gerson Moura em paradigma do estudo de relações internacionais entre nós. Mais tarde Gerson Moura, ao lado de Sônia Camargo – também oriunda da antiga FnFi – seria responsável pela criação do IRI/Instituto de Relações Internacionais da PUC/Rio. Na verdade, Maria Yedda Linhares e Eduardo Portella haviam tentado, nos anos imediatos ao Golpe de 1964, criar uma estrutura similar, autônoma e voltada diretamente para a pesquisa. Contudo, as vicissitudes da repressão política nos anos '60 iriam impedir o avanço dos trabalhos.

Hoje, com livre acesso aos arquivos americanos dedicados a Segunda Guerra Mundial – como, por exemplo, os planos de invasão do Nordeste do Brasil e de ocupação de Belém, Natal e Recife -, dos arquivos alemães (até recentemente ignorados pelos pesquisadores brasileiros, talvez com a exceção de René Gertz) e mesmo dos arquivos brasileiros (Dops e nova documentação de Vargas) a tese da autonomia brasileira e de sua capacidade de manobra das grandes potências se afigura exagerada.

Este é, contudo, um tema ainda em aberto na historiografia brasileira.

A NOVA HISTÓRIA POLÍTICA

Os grandes esquemas explicativos, como de Boris Fausto (publicado em 1970) e Francisco Weffort (publicado em 1978), embora tenham marcado época e inaugurado o debate em seus termos atuais, padeciam do uso restrito de fontes, quase sempre discursivas e declaratórias, além de centrar toda sua força na análise dos desejos e projetos dos personagens centrais do mundo político ou do Estado como um todo.

Um primeiro passo na superação de tal abordagem, onde o Estado e seus agentes eram vistos como atores solitários na cena política foi dado por Edgar De Decca quando trouxe para a cena - e, portanto para a História - personagens até então excluídos ou não considerados. A participação po-

lítica de grupos marginais e a análise das suas estratégias políticas e de suas utopias de mundo permitiu a revelação, através das páginas de De Decca, de um universo político muito mais rico e diversificado do que aquele apresentado nos trabalhos anteriores (DE DECCA, 1981)²⁹. Por outro lado, coube a José Luiz Werneck da Silva ampliar os horizontes de pesquisa sobre o Estado Novo, buscando a inserção de novos objetos que permitissem uma melhor visualização das malhas de poder, de sua atuação e das suas formas de convencimento (WERNECK DA SILVA, 1991)³⁰.

Um marco decisivo para a renovação da história política e sua consolidação enquanto campo meritório da pesquisa histórica foi a criação, em 1973, do CPDOC\Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil, no âmbito da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. A iniciativa foi de Celina Vargas do Amaral Peixoto – formada em sociologia política no IUPERJ e na Universidade de Paris -, com forte apoio de Alzira Vargas, e com a colaboração de profissionais oriundos da FnFi, como a própria Alzira Abreu (com uma nova formação em sociologia política oriunda da universidade francesa). Naquele momento, ponto de virada da ditadura – em 1973 foi a crise do petróleo, que abriu caminho para a paralisação do chamado “milagre brasileiro” – ainda pairava suspeição sobre os arquivos públicos, muitos deles diretamente subordinados ao Ministério da Justiça do regime militar (em sua essência anti-varguista). Assim, a abertura de uma documentação contemporânea, envolvendo personagens ainda vivos, como era o caso do acervo de Getúlio Vargas e vários de seus principais colaboradores, gerava sérias dúvidas e apreensões. Desta forma, a escolha foi sediar o acervo em uma fundação, onde ainda pontificavam velhos representantes do varguismo³¹.

29. DE DECCA, Edgar. O silêncio dos vencidos. São Paulo, Brasiliense, 1981.

30. WERNECK DA SILVA, José Luís. O feixe e o prima: uma revisão do Estado Novo. Rio de Janeiro, Zahar, 1991 (o texto é em verdade de 1987).

31. Mais tarde, entre 1980 e 1990, Celina Vargas será diretora do Arquivo Nacional operando aí uma gigantesca obra de restauração física e intelectual da instituição, trazendo jovens e competentes quadros, o que

A criação do CPDOC foi, inicialmente, recebida com desconfiança, não só por ser “história política”, imediatamente identificada como “história factual” ou “história batalha” como pejorativamente era chamada, mas ainda por tratar-se de uma história política “das elites”. Num momento em que a ênfase dos estudos sociais recaía sobre trabalhadores, sindicalismo e marginais, a criação do CPDOC foi vista, por uma maioria esquerdista e obrerista, com certo horror. Contudo, em pouco tempo, a relevância da documentação e a seriedade do trabalho desenvolvido no novo centro de pesquisa acabaria por gerar o respeito e a admiração de todos os pesquisadores.

Além dos trabalhos de restauro, classificação e acesso realizados pelo CPDOC, percebeu-se a necessidade de instrumentos de pesquisa de qualidade, que amparassem a expansão dos estudos de história política. Assim, já em 1974 iniciar-se-ia um relevante e original projeto denominado “Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro”, voltado para a verbetização dos principais políticos e instituições republicanas no pós-1930 (ABREU et alli, 1984)³². Sob a direção de Israel Beloch e Alzira Vargas, o “Dicionário”, como passou a ser conhecido, tornou-se, para além de ferramenta indispensável para o pesquisador da história republicana no Brasil, um exemplo consistente da nova abordagem em história política. Tais trabalhos foram coetâneos a realização, em 1980, do dum grande seminário de debates sobre a natureza e as características do Estado Novo e do varguismo, abrindo um debate público que ainda está em curso³³. Em 1975 o CPDOC lançou um vasto “Programa de História Oral”, hoje com mais de 5000 horas de gravações e 1000 entrevistas de personagens relevantes da história contemporânea brasileira. Neste processo Israel Beloch e Marieta de Moraes (ambos tinham frequentado os seminários de história oral de Ismênia Martins na UFF) avançaram

permitirá que a instituição possa realizar seus objetivos.

32. ABREU, Alzira; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando e LAMARÃO, Sérgio. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, FGV, 1984.

33. CPDOC/FGV. “A Revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, setembro de 1980. Brasília, Editora Universitária de Brasília, 1983, 722p. (Coleção Temas Brasileiros, 54)”.

na profissionalização da história oral no Brasil, divulgando e consolidando procedimentos e métodos de trabalho. Além da história oral, O CPDOC iniciou o trabalho com imagens históricas – fotografias e filmes -, abrindo um amplo campo para os estudos de iconografia histórica (valorizando o importante acervo de imagens do próprio CPDOC) para além da mera ilustração. Monica Kornis de Almeida e Ana Maria Murakami, ao lado de Ana Mauad e Rosângela Oliveira, foram pioneiras em estudos e publicações que recorriam à fotografia e ao cinema para uma melhor compreensão da história política contemporânea no Brasil³⁴.

Outra relevante contribuição do CPDOC foi a criação, em 1988, da revista especializada “Estudos Históricos”. Através desta publicação o Centro conseguiu trazer para o público brasileiro, em língua portuguesa pela primeira vez, relevantes artigos teóricos e metodológicos de importantes pesquisadores do campo da história política. Assim, o público especializado brasileiro teve acesso a trabalhos de René Remond, Pierre Sorlin, Alessandro Portelli entre outros.

Enquanto o Rio de Janeiro organizava e democratizava o acesso ao seu imenso legado do Estado Novo – tornando possível um estudo profissional do período – a UNICAMP buscou uma temática diferenciada, embora com a mesma ênfase na história política. Foi com a criação, em 1974, do Arquivo Edgar Leuenroth – um tipógrafo e militante anarquista que conseguiu reunir um fantástico acervo documental sobre a classe operária e o sindicalismo paulista – que o espaço para uma história “feita por baixo” tomou fôlego entre nós. O AEL consolidava a própria opção teórico-metodológica da jovem universidade paulista e acompanhava os trabalhos “libertários” de historiadores como Edgar De Decca e Ítalo Tronca que optaram, na própria UNICAMP, por abordagens novas e transgressoras da tradição. Particularmente as velhas tradições incapacitantes dos trabalhadores brasileiros foram questionadas, levantando-se da questão dos “silêncios” da historiografia em relação aos grupos subalternos da sociedade.

34. Ver por exemplo MURAKAMI, Ana Maria (org.). A Revolução de 1930 (coletânea de fotografias). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

A partir deste momento não mais podemos falar em “geração” ou na centralidade de uma instituição nos estudos de história política no Brasil. Após as duas primeiras gerações de profissionais “fundantes” – marcadas pela cesura de antes e depois do Golpe de 1964 – e da multiplicação de centros de pesquisa de qualidade, deu-se uma verdadeira explosão, em volume e qualidade, na pesquisa história sobre o poder e seu exercício. Incluindo-se aí a nova história política. A profissionalização da pesquisa pós-graduada em São Paulo – USP e UNICAMP – e no Rio de Janeiro – Museu Nacional, UFF, IUPERJ e depois o IFCS da UFRJ – produziram um largo número de novos pesquisadores. Os sistemas de capacitação de docentes da CAPES, possibilitando bolsas e períodos de afastamento de docentes para realizar sua pós-graduação no país e no exterior, diversificaram a pesquisa e habilitaram novos centros relevantes.

OS NOVOS TEMAS: “MASSAS” E PODER

Trabalhos recentes, voltados para personagens individuais ou coletivos da história até então ocultos, bem como para a análise das instituições varguistas e estadonovistas, puderam lançar novas luzes sobre o período das ditaduras no Brasil, permitindo novas interpretações e a emergência de novas temáticas. Entre estes novos trabalhos, devemos destacar Maria Helena R. Capelato, na USP – são seus estudos sobre o papel das multidões na história sul-americana, com uma abordagem comparada (ou “cruzada”) que permitiram o preenchimento de um grande vazio na pesquisa histórica, re-avaliando as relações entre “massas”, participação e poder. Coube a Capelato voltar-se de forma sistemática e rigorosa para a questão da propaganda nas ditaduras sul-americanas, lançando hipóteses originais e de grande alcance interpretativo. Ângela Castro Gomes, na UFF e no CPDOC, por sua vez, dedicou-se a revelar as relações entre o poder local e a República, os métodos de formação das alianças e jogos políticos, além de uma brilhante contribuição para a história da história e dos historiadores do Brasil. Já Jorge Ferreira, da UFF, tal como Sílvia Zanirato Martins, da UEM, voltaram-se para análise do papel das classes populares e dos excluídos e como estes grupos

sociais perceberam e entenderam o Estado Novo e o varguismo. Jorge Ferreira desenvolveu uma crítica original e vigorosa às mais comuns generalizações sobre o varguismo, lançando nova luz sobre o conceito de “populismo”. Eliana Dutra, da UFMG, propôs uma análise das formas de propaganda e de produção de imagem no Estado Novo. Deste conjunto de trabalhos emergiram novos enfoques para a compreensão do Estado Novo³⁵.

No tocante a questão do Estado Novo, e das ditaduras em geral, o foco para a pesquisa de história política, reside em ir além da descrição e análise do Estado enquanto personagem central da cena histórica, da inquirição dos seus motivos e do infinito debate sobre sua natureza. O debate se centra sobre a necessidade de decidir se ditadura é, em si, uma categoria suficiente ou não, capaz de dar conta dos processos históricos efetivamente existentes no século XX. Deve-se, ainda, estabelecer qual sua relação com categorias mais firmemente estabelecidas na teoria política clássica, tais como bonapartismo, hegemonia, Estado de Compromisso, Revolução Conservadora, etc... (FRIEDRICH, 1975: 102-18).³⁶ Da mesma forma, é fundamental firmar o campo interno do próprio conceito de ditadura, sua distinção da congênere ditadura militar (distinção fundamental para a Europa Meridional e a América Latina) e qual a relação de ambas, ditadura e ditadura militar, frente ao conceito mais abrangente de autoritarismo. A própria validade explicativa deste último é agora seriamente questionada. Eufemismo político usado pelas oposições durante (e sob) regimes ditatoriais no Brasil e na América Latina, a ideia de autoritarismo mostrou-se tão ampla e flexível, que sua utilidade explicativa restringiu-se em igual proporção. Claramente o uso inicial do termo “autoritarismo” era defensivo, posto que o termo ditadura poderia acarretar ao pesquisador sérias complicações. Contudo, em pouco tempo, a expressão se travestiu em conceito, bastando sua alusão para conside-

35. CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em Cena*. Campinas, Papirus, 1998; FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 1997; MARTINS, Sílvia Zanirato. *Artifícios do Ócio*. Londrina, UEL, 1998. DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997; GOMES, Ângela ET alii. *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio, Zahar, 1982.

36. FRIEDRICH, Carl J. “Dictadura” In: *Marxismo y Democracia*. Série Política 2. Madrid, Rioduero, 1975, pp. 102-118.

rarmos tudo explicado. Contudo não temos, em verdade, nenhum debate que estabeleça o valor heurístico de “autoritarismo” enquanto conceito e seu uso é aleatório e, mesmo, declaratório. Assim, o Império do Brasil é considerado autoritário, Vargas é autoritário, o regime militar-civil de 1964 é autoritário... ou seja, perde-se qualquer especificidade explicativa.

O caminho proposto nos novos trabalhos visando a romper com os impasses ou insuficiências explicativas passa, necessariamente, pela análise das instituições que conformam as ditaduras (polícia, escola, a clínica e o discurso médico, os tribunais, a mídia e seu uso, etc...), lado a lado, com a recepção por parte da sociedade de tais ações. A apropriação do discurso ditatorial – o convencimento, a sedução, a re-elaboração -, sua eficácia – a colaboração, a autodisciplinização, a delação - e, ao mesmo tempo, a recusa frente ao mesmo – a resistência, rebeldia, o deboche, a sabotagem - devem, assim, constituir-se em objetos preferenciais do historiador.³⁷

OS CONCEITOS COMBATENTES:

AUTORITARISMO, TOTALITARISMO E A QUESTÃO DA PROPAGANDA

A ampla generalização do uso de “autoritarismo” não foi um fenômeno único. O mesmo ocorreu com a teoria de totalitarismo e, em especial, com as análises baseadas nas concepções de instituição total ou de Estado-monólito (GOFFMAN, 1974)³⁸. Embora este não seja o momento para fazer uma revisão do campo de análise que se valeu do totalitarismo como chave de compreensão, podemos adiantar dois pontos que, a nosso ver, deveriam ser revisto no estudo das ditaduras. Em primeiro lugar as afirmações sobre o imobilismo interno das ditaduras de tipo totalitário, a ausência de qualquer oposição organizada e a do-

37. Novas perspectivas, principalmente no campo do que se denominou “micro poderes” e “biopoder”, foram dadas pelos trabalhos de Michel FOUCAULT, em especial “Surveiller et Punir”, Paris, Gallimard, 1975. Da mesma forma, a perspectiva da recepção, tornando o indivíduo coletivo novamente personagem da história, foi proposta por CHARTIER, R. A história Cultural. Rio de Janeiro, Bertrand, 1990.

38. GOFFMAN, Irving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 1974.

minância estatal completa da sociedade estão sendo, no caso do Terceiro Reich e da URSS, rapidamente revistos e recusados. Tal ponto, muito afirmado durante a Guerra Fria (comparação político-ideológica da URSS com o Terceiro Reich) comete uma tremenda injustiça com milhares de homens e mulheres que se arriscaram enfrentando o Estado (é interessante notar um subproduto destas análises: a inculpabilidade dos colaboradores das ditaduras, sob o argumento da impossibilidade de qualquer oposição). Os estudos mais atuais tendem a demonstrar que o monólito não era tão firme assim, tanto na Rússia quanto na Alemanha, abrindo espaço para choques internos, de frações de apoio da própria ditadura e de opositores, muitas vezes bastante bem organizado (MOSHE, 1985)³⁹.

A tese defendida com afínco por vários “combatentes” da Guerra Fria da impossibilidade de emergência de uma oposição e da incapacidade de autor-reforma nos regimes ditos “totalitários” - tendo a URSS como exemplo -, com seu corolário de enfrentamento direto externo como única saída, foi desmentida pela própria dinâmica histórica com a Glasnost e a Perestroika russas⁴⁰. Aliás, desde 1999 os trabalhos do historiador britânico Ian Kershaw, um dos maiores especialistas no tema, já defendiam a diferenciação dos regimes nazista e da URSS (MOMMSEN, 1993: 101-2; KERSHAW, 1999: 234)⁴¹, com grande destaque para a institucionalidade do último e o caráter de “instável coalizão de

39. Ver o importante estudo de LEWIN, Moshe. “Making of the soviet system”. Nova York, Phanteon, 1985.

40. Este posição foi defendida largamente por Jeanne Kirkpatrick embaixadora de Ronald Reagan na ONU e membro influente do Conselho Nacional de Segurança dos EUA ao defender a distinção entre regimes “autoritários” – era o caso das ditaduras coevas do Cone Sul da América do Sul, e que não eram consideradas cruéis ou danosas, além de aliadas na Guerra Fria – e os regimes totalitários – os países comunistas – que deveriam ser enfrentadas através de pressão militar. Tais distinções acabaram por constituir-se na chamada “Doutrina Kirkpatrick”, que avalizou o apoio norte-americana a diversas ditaduras, principalmente na América Central durante a década de 1980. Ver KIRKPATRICK, J. “Dictatorship and double Standards”. Nova York, Double Day, 1982.

41. Kershaw, Ian “Working Towards the Führer: Reflections on the Nature of the Hitler Dictatorship” pages 231-252, In: *The Third Reich*. LEITZ, Christian, London: Blackwill, 1999 page 234. Ver também: Mommsen, Hans “The Search for the ‘Lost History’” pages 101–113 In: *Forever In The Shadow of Hitler?* Ernst Piper, Humanities Press, Atlantic Highlands, 1993 pages 101–102.

blocos de poder” do regime nazista. Da mesma forma, a URSS aparece, mesmo sob a brutalidade de Stalin, como um regime racional, modernizante em seus objetivos e em busca de projeto ideologicamente estabelecido diferindo do caráter de “radicalização cumulativa” que caracterizava o Terceiro Reich, em especial depois de 1936, e que caminharia através de sua liderança carismática para destruição de qualquer ordenamento legal-racional anterior a 1933.

Em segundo lugar, cabe uma revisão de um postulado decorrente do primeiro (a imobilidade interna) e muito caro aos defensores da teoria do totalitarismo durante a Guerra Fria: a impossibilidade de reforma interna das ditaduras. Assim, somente ações armadas externas, considerando o país como um todo, teriam algum êxito no deslocamento de tais regimes do poder – diagnóstico muito cara ao grupo de conselheiros de Ronald Reagan e que originou a segunda corrida armamentista nos anos de 1980. Para estes as oposições internas seriam irrelevantes ou mesmo, no limite, muito pouco confiáveis. Estes postulados garantiram durante décadas análises que dificultaram bastante os estudos sobre a resistência interna às ditaduras e, ao mesmo tempo, os mecanismos e estratégias desenvolvidos por estas para manter a sociedade sob controle, tais como o convencimento e a violência.

A revisão de tais teses sobre totalitarismo e instituições totais como chave de interpretação dos regimes ditatoriais foi baseada, inicialmente, num texto contemporâneo do Terceiro Reich e que agora tem merecido uma cuidadosa releitura. Trata-se da obra de Franz Neumann (1900-1954), em especial do conceito de “poliarquia”, como usado para explicar a dinâmica interna da ditadura nazista⁴². Neumann foi membro do “segundo” Instituto de Pesquisa Social de

42. NEUMANN, Franz. *Behemoth. The Structure and Practice of National-Socialism, 1933-1944*. Nova York, Lyndon & Co., 1944. Devemos destacar aqui um fato importante para a história do debate historiográfico sobre o nazismo (e os fascismos em geral) na República Federal Alemã – quer dizer, antes da reunificação de 1991. Embora a maior parte dos trabalhos historiográficos aceitem hoje a questão da dinâmica interna das ditaduras fascistas e do choque de forças em seu interior (a tese da rivalidade interna entre os “bloco of powers”) nenhum dos autores clássicos sobre o tema, incluindo Ian Kershaw, citam Neumann como o autor do primeiro trabalho a defender e explicitar a tese da poliarquia (muitos inclusive utilizam o termo poliarquia sem citar a origem).

Frankfurt (recriado no exílio junto a Universidade de Columbia), trabalhando com grandes nomes das ciências sociais como Harald Laski e Karl Mannheim. No exílio americano, Neumann produziu uma série de reflexões sobre o nazismo e a conquista do Estado, material que foi cuidado e publicado pelo amigo Herbert Marcuse e seu, então, aluno Peter Gay.

Deste material originou-se o conceito de poliarquia como entendido hoje: a existência de várias instâncias no interior do Estado concorrentes entre si e capazes de manter uma permanente tensão política, desmentido a ideia de monolitismo das ditaduras. No caso alemão, Neumann identificou nas instituições das forças armadas, na burocracia do Estado, na burocracia do Partido Nacional-Socialista e no empresariado as principais forças em conflito no Estado depois de 1933. Neste contexto, entende-se a defesa da tese de “Hitler, um ditador fraco”, com o papel de mediador e árbitro dos conflitos do Estado, como defendido por Hans Mommsen, na obra já citada. De qualquer forma hoje a historiografia especializada em fascismos incorporou os debates da chamada “Querela dos Historiadores”, dos anos de 1983 até 1986, em especial o debate a “escola intencionalista” (aqui nos referimos a autores como Andreas Hillgruber, Eberhard Jäckel, Klaus Hildebrand e Karl Dietrich Bracher) e a “escola funcionalista” (o próprio Hans Mommsen (1988)⁴³), avançando em direção da tese chamada *working toward the Führer*, como apresentada por Ian Kershaw. Neste sentido poderíamos resumir – com o próprio Kershaw, e ainda Martin Broszat, Timothy Mason e Hans Ulrich-Wehler – algumas das características que afastariam os modernos trabalhos sobre fascismos das teses baseadas na ideia de totalitarismo como chave explicativa: i. a natureza e as características do Estado são mais importantes do que a personalidade do ditador; ii. A chamada “caótica coleção de burocracias rivais” na expressão de Kershaw e Broszt, seguindo a proposta de Neumann, como característica central do Estado fascista; iii. O caráter de “instável coalizão de blocos de poder”, estes mesmos subdivididos em facções competitivas e mutuamente hostis.

43. MOMMSEN, Hans. *Herrschaftsalltag im Dritten Reich: Studien und Texte . Studies and Texts*), Munique, DTV, 1988

Kershaw e Broszat fazem, então, uma dura e crítica análise do uso do conceito “totalitarismo” para a história do nazismo. Para ambos a insistência em comparar os regimes do Terceiro Reich e da URSS, e mesmo em avaliar o grau de “maldade” existente entre os regimes, decorre do ambiente “combatente” da Guerra Fria e, pior de tudo, daquilo que Kershaw chamou de *german apologists attempting to white-wash the German past in various ways*. Para Kershaw/Broszat a teoria do totalitarismo possui vários pontos interessantes, incluindo aí a análise do funcionamento de algumas instituições do Estado, mas não é capaz, por sua generalidade, de produzir uma análise do próprio Estado, retendo-se em aspectos formais das políticas de poder (como a propaganda). Da mesma forma, o caso da URSS precisaria de um instrumental teórico próprio e adequado – o que leva Kershaw aos estudos de Moshe Lewin - ao tipo de ditadura que se desenvolveu sob o Partido Comunista (KERSHAW, 1997)⁴⁴.

Assim, a proposta de poliarquia como formulada por Neumann, envolvendo a burocracia estatal, as forças armadas, a burocracia do Estado e a burocracia do Partido Nazista enquanto “blocos de poder” seria uma chave explicativa muito mais rica do que as tradicionais noções de monolitismo ou poder pessoal incontestes do Führer.

Tal explicação deveria, da mesma forma, ser desdobrada, por exemplo, na rivalidade existente no interior do próprio Partido Nazista entre a burocracia de “Gauleiter” – os governadores locais – o aparelho repressor, como as SS, a Gestapo e a RSHA e, de outro lado, o Gabinete governamental⁴⁵.

É neste contexto que o debate sobre o caráter da liderança do Führer ganha relevância, escapando das teorias escatológicas ou sobre a personalidade do Führer como fator explicativo da história. Neste debate Hans Mommsen (nas-

44. KERSHAW, Ian. *Stalinism and Nazism: Dictatorships in Comparison*, (em parceria com Moshe Lewin), Cambridge, University Press, 1997.

45. A leitura atenta das memórias de Albert Speer (1905-1981) – arquiteto de Hitler e depois ministro das indústrias e dos armamentos – talvez o documento mais interessante sobre o funcionamento cotidiano do Terceiro Reich – nos dá uma ampla visão do choque entre as diversas burocracias do Estado, do Partido, as FFAA e o Gabinete com o recurso permanente entre as partes em conflito a arbitragem do Führer. Ver SPEER, Albert. *Spandauer Tagebücher*, Hamburgo, Ullstein, 1991.

cido em 1930) e Ian Kershaw (nascido em 1943) diferem ao tratar do papel da personalidade do líder. Assim, para além de um “ditador fraco”, tese formulada pela primeira vez por Mommsen, teríamos em verdade a possibilidade de pensar um ditador “indiferente” (*lazy dictator*) ou mesmo um ditador “distante e remoto”. Visando buscar uma postura média, entre um Hitler onipotente e um Hitler “indiferente”, Kershaw propôs a teoria denominada de *working toward the Führer*: o regime assume um rápido processo de radicalização (*cumulative radicalization*) em vista das crises internas, de um lado, e das disputas entre os “blocos de poder”, de outro. Neste sentido, a burocracia do Estado, do partido e as FFAA disputam interpretar as proposições antisemitas, exterminacionistas, de intervencionismo econômico e as medidas mais brutais de Hitler de forma cada vez mais aguda. Teríamos, então, que dar maior atenção as *initiatives coming from below in the ranks of the German bureaucracy* perante um ditador distante, ativo apenas nas questões militares e de política externa e sempre enfiado com a administração cotidiana. Na expressão de Mommsen, em detrimento de um programa por demais esquemático e pré-estabelecido desde o putsch da Cervejaria de Munique, em 1923, deveríamos voltarmos para a autonomia e capacidade de autointerpretação que os funcionários nazistas, imbuídos das diretivas do Führer, realizavam diariamente em busca de satisfazer o líder e, assim, melhor colocar-se na intensa disputa interna.

É nesta direção, de consenso, que se busca a finalização do debate entre funcionalistas e intencionalistas: uma burocracia disponível e atenta em cumprir os desejos do Führer, mesmo quando não formulados sob a forma de ordens diretas (KULK, 2000)⁴⁶. Esta seria uma contribuição importante para o estudo comparativo das demais ditaduras, como o caso das ditaduras clássicas e das ditaduras militares. No caso brasileiro, o debate sobre a autonomia da “comunidade de informações”, as disputas no interior da burocracia de Estado – a percepção, por funcionários, de que as ditaduras representavam a “hora do acerto de contas” para velhas disputas de poder local ou institucional (que antecediam a própria

46. KULK, Otto Dov (February 2000). “The Role of Hitler in the ‘Final Solution’”. Yad Vashem. http://www1.yadvashem.org/about_HOLocaust/studies/vol33/abs_Otto_Dov_Kulka.html. Retrieved 2009-05-05

ditadura) ou mesmo um atalho para a promoção, eliminando rivais mais habilitados –, o recurso à delação como forma de resolver litígios não políticos ou ideológicos, e mesmo uma forma de premiação, seria um dado importante para estudar a colaboração nos regimes ditatoriais. O problema aqui seria superar tradições arraigadas neste tipo de estudo: de um lado, a insistência de heroicizar o conjunto da sociedade como vítima do Estado e nivelar todos como “heróis da resistência”. Logo após a derrubada ou colapso das ditaduras dá-se uma imensa corrida para perfilar o maior número de pessoas como “resistentes”. É comum, mesmo, que o próprio poder emergente se recuse a distinguir entre resistentes e colaboradores, na tentativa de evitar “novas divisões” – como a curta desnazificação alemã ou o limitado recurso a julgamentos na França ou a total ausência de desfascistização na Itália, ou o “esquecimento” buscado pelas elites políticas sul-americanas – emergindo daí a visão do conjunto da “nação, vítima e combatente”⁴⁷.

Outra discussão não realizada entre nós refere-se ao eterno retorno da explicação da vigência, aceitação e adesão aos fascismos – e por antonomásia a todas as ditaduras – através da propaganda. Para um grande número de pesquisadores a noção de propaganda acaba por explicar tudo, sem uma preocupação em questionar o próprio sentido e alcance do termo. Estaríamos mesmo hoje envenenados pelos truques, arranjos e montagens de Joseph Goebbels aceitando suas próprias explicações – um tremendo autoelogio! – para o seu papel dominante na construção do Reich e na aceitação popular do regime. Continuaríamos presos aos modelos explicativos propostos por Jean-Marie Domenach, largamente adotados (embora muito pouco citado) sobre o papel da propaganda política nos regimes de massas (1959)⁴⁸. Na verdade, desde os anos de 1950, Ernst Nolte, na obra já citada (ver nota 3) já advertia para a singularidade da prática política

47. Tais visões da “nação resistentes” e “vítima” foram popularizadas no pós-Segunda Guerra Mundial por grandes produções de cinema que popularizaram o “herói00mo” coletivo e a “unidade” contra o inimigo. Esta é a versão, por exemplo, do mito gaulista em “Paris está em chamas?” (Paris brûle-a-til?), de René Clement, 1966 ou da Itália vitimada pelos nazistas e fascistas em “Roma, cidade aberta” (Roma, città aperta), de Roberto Rossellini, 1945.

48. DOMENACH, Jean_Marie. *La Propagande Politique*. Paris, P.U.F., 1959.

sob o fascismo. Para Nolte a “política fascista” não se faz da mesma forma que o agir político liberal – formal, regulado, arbitrado – ou marxista – que ser quer revolucionário e de novo tipo. Na verdade, o agir político fascista seria uma “metapolítica” capaz de arrancar o homem comum da sua rotina enfadonha e estupidificante para uma aventura em direção à transcendência. Claro, uma transcendência totalmente teórica, longe da possibilidade de uma transcendência material e, portanto, revolucionária. Assim, o agir político fascista não seria propaganda e, sim metapolítica.

Mais recentemente George Mosse propôs rever todo o conceito de propaganda no fascismo, trazendo o debate para a prática política das massas⁴⁹. Neste sentido, cabe uma discussão de fundo que deve ser apreciada. Podemos verdadeiramente entender os fascismos a partir de abordagem caudatária da teoria política liberal? Esta é uma questão central. Um grande número de pesquisadores conclui muito rapidamente que os fascismos – inclusive, é claro, o nazismo! – não formam um pensamento coerente. Tratar-se-ia, bem mais, de um mal arrumado *pacthwork*. Sua capacidade de convencimento estaria no constante martelar da propaganda, que se constituiria, desta forma, em chave para análise dos fascismos. Reside aqui um grave problema de análise para a história dos fascismos: correríamos o risco, grave para cientistas sociais, de atribuir ao martelar da propaganda a capacidade de convencimento e mesmo a conquista do poder pelos fascistas. Ora, alguns trabalhos de grande fôlego, que mergulham profundamente no “agir” fascista – como Nolte e Paxton – acabam por perceber a clara diferença do “fazer política” liberal e do “fazer política” fascista aproximando a prática política fascista do conceito, caro para Paxton, de “paixões”. O segredo da vitória fascista residiria bem mais no apoio que recebeu das forças tradicionais das sociedades europeias, muito especialmente dos partidos e movimentos conservadores e, mesmo, de liberais. Para explicar tal paradoxo Paxton busca um criativo conceito de “paixões mobilizadores” como o clima político, social e mental que permite a ascensão dos fascismos. Para Paxton tais “paixões mobili-

49. MOSSE, George.

zadoras” implicam no sentimento geral de frustração e perda, no nacionalismo exacerbado e no sentimento de fazer parte de um grupo social vítima de uma injustiça coletiva – somente aí, e em tais condições, a propaganda teria um papel a desempenhar (PAXTON, 2009)⁵⁰.

Estes são pontos extremamente pertinentes para a discussão dos fascismos, mas também dos sentimentos de perda que embalam vastas camadas sociais na Nova Ordem Mundial e, portanto, do advento da ressurgência dos fascismos.

Tais questões abrem caminho para outros debates. Ao buscarmos as noções de participação, representação, partido, etc..., do pensamento liberal como ferramentas de análise dos fascismos estaríamos produzindo a próprio diagnóstico de “confusão”. “anarquia” ou “improvisação” que são, tão frequentemente, atribuídos aos fascismos. O que Mosse chama a atenção é que estes – a mobilização massiva permanente - são, exatamente, os métodos do agir político fascista, com suas características próprias e não reduzíveis ao mundo teórico liberal.

RESISTÊNCIA, RESISTÊNCIAS

As grandes transformações havidas no cenário político internacional - o fim da Guerra Fria, a Derrubada do Muro de Berlin (1989) e o fim da URSS (1991) - provocaram mudanças substantivas nas análises das ditaduras europeias contemporâneas. O acesso aos novos arquivos - na Rússia, na Alemanha, por exemplo - e o ressurgimento do fascismo enquanto movimento de massas, aceleraram as pesquisas sobre o tema e ampliaram as perguntas dos historiadores. Assim, a natureza policial das ditaduras contemporâneas - a própria imagem do Estado SS ou do complexo policial no fascismo - veio à tona. O surgimento na cena histórica das resistências internas e das oposições passivas abriu caminho para o questionamento de várias análises clássicas sobre a coesão e a amplitude da aceitação das ditaduras contemporâneas⁵¹.

50. PAXTON, Robert. *A Anatomia do Fascismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2009. A edição original é de 2004.

51. Além do já citado texto de Ayçoberry poderíamos destacar, nesta nova perspectiva, os seguintes trabalhos: SANDVOß, Hans-Rainer. *Widerstand in einem Arbeiterbezirk (Resistência em um bairro operário)*. Berlin, Gedenkstätte Deutscher Widerstand, 1987; BUSCHAK, Willy. *Arbeit in kleinsten Zirkel (Trabalho*

O traço comum no conjunto destes trabalhos - seja no Brasil, seja na Europa - é a irrupção de novos personagens na cena histórica, para além das determinações estruturais de caráter econômico que marcaram por mais de quarenta anos a maioria dos trabalhos sobre o tema (como as teses sobre relação onipresente entre Vargas e a industrialização ou fascismo e grande capital) ou de caráter político (as teses sobre Estado Novo e o atrelamento da classe operária e atrelamento dos trabalhadores)⁵². Assim, ora a multidão anônima, ora os indivíduos e as formas alternativas de participação e resistência, são chamados para contar sua história, o dia a dia frente à violência e o poder de sedução das ditaduras modernas. No caso dos fascismos desempenhou importante papel nesta re-interpretação os trabalhos dos historiadores voltados para a chamada “Alltagsgeschichte” e, para a história das ditaduras sul-americanas, trabalhos como Capelato e Ferreira.

No quadro do estudo dos fascismos a irrupção de uma história cotidiana sob a ditadura - a chamada “Alltagsgeschichte” - trouxe à luz os pequenos atos, a resistência passiva, a desobediência como formas de agir político, mesmo quando não resultando numa clara opção pela rebeldia. Entretanto, os historiadores não são acordes quanto ao uso, e o conteúdo, dos conceitos em questão, em especial na definição do que seria “resistência”. Para alguns, chamados de “fundamentalistas”, só poderíamos falar em “resistência” (*Widerstand*, em alemão) quando se tratava de ações organizadas de superação do regime. Neste sentido, restritivo, “resistência” teria sido um fenômeno histórico de muito menor alcance no Terceiro Reich (e em praticamente todas as ditaduras). Outros, chamados de “tendência societal”, identificam como “resistência” todo fenômeno de dissidência ou dissentir (no sentido de *dissent in everyday life*) praticado sob uma ditadura. Para Martin Broszat, por exemplo, deveríamos distinguir, numa escala crescente entre “dissidência”, “oposição” e “resistência”

em Pequenos Círculos). Hamburg, Ergebnisse Verlag, 1993; AYAß, Wolfgang. Asoziale im Nationalsozialismus (Marginais sob o Nacional-socialismo). Stuttgart, Klett-Cotta, 1995; REICHEL, Peter. La fascination du nazisme. Paris, Jacob Editions, 1993 e HAASE, Norbert. Das Reichskriegsgericht u. der Widerstand gegen die Nationalsozialistische Herrschaft. Berlin, G. D. W., 1993.

52. Na historiografia sobre o fascismo esta discussão foi travada em torno da superação das teses, na maioria marxistas, de “Primazia da Economia” na explicação do fascismo (leia-se, as interpretações que afirmavam ser os fascismos mera ferramenta do grande capital).

(*Resistenz*) em vista de um melhor entendimento da capacidade de convencimento, ou repressão, das próprias ditaduras (DEFRASNE, 1982)⁵³.

No caso italiano desempenhou um papel extremamente relevante o trabalho de Vitoria di Grazia ao relacionar convencimento, resistência e as organizações de lazer do fascismo italiano (DE GRAZIA, 1981)⁵⁴.

Entre nós um grupo importante de pesquisadores da UFF, com Daniel Aarão Reis, Samantha Viz Quadrat, Denise Rollemberg após revisar minuciosamente as temáticas da relação ditadura *versus* resistência, passaram a colocar maior ênfase no fenômeno da colaboração/aceitação pela sociedade civil dos regimes ditatoriais e, dessa forma, abriram novas perspectivas para o debate das relações entre sociedade civil e estado, em especial na América latina.

EM BUSCA DE UM NOVO QUADRO TEÓRICO

Ao fazer este balanço da historiografia das ditaduras e de seus principais debates teóricos, podemos tentar uma aproximação mais geral. Para além do evidente caráter repressivo e violento das ditaduras contemporâneas, suas origens não constitucionais e a ausência de referendo popular, três pontos permanecem, em verdade, muito pouco tratados pela historiografia: i. os mecanismos explicativos da adesão entusiástica das grandes massas; ii. a capacidade de resistência dos indivíduos, no âmbito das diversas situações propostas anteriormente e iii. O papel e a extensão da colaboração.

Supomos para tais estudos, que nestas condições – fascismos, ditadura e ditaduras militares -, como correto que as instituições de resistência organizada, e coletiva, (ou seja, superada a condição inicial de “dissidência” e de “oposição”) tenham sido desbaratadas, restando, portanto apenas aquilo que Buschak (ver nota 45) denominou de “resistência em pequenos círculos” (e que para muitos seria, no máximo, um fenômeno entre a dissidência e a oposição). Trabalhos como de Maria Helena Capelato, sobre o varguismo e o peronismo, ou de Peter

53. Ver DEFASNE, Jean. Histoire de La Collaboration. Paris, P.U.F., 1982.

54. DE GRAZIA, Victoria de. Consenso e cultura di massa nell'Italia fascista. Roma/Bari, Laterza, 1981.

Reichel, sobre o nazismo, procuram mostrar os mecanismos sutis e poderosos de convencimento de massas, a sedução exercida sobre as grandes multidões pelos regimes autoritários. Outros, como Jorge Ferreira, trabalham com a resistência possível (dissidência, oposição), a apropriação dos objetivos do Estado pelos indivíduos e sua transmutação em estratégias de resistência. Esta é, também, uma preocupação básica de Wolfgang Ayab ao analisar seus “associais”, a categoria de ‘marginal’ transformada em inimigo do Estado pelo regime fascista na Itália e no Terceiro Reich.

Sílvia Zanirato Martins, ao estudar a luta contra a cultura da malandragem, contra o ócio e a imposição de uma ordem para o trabalho no Estado Novo, aproxima claramente a ideologia estadonovista do produtivismo fascista italiano (MILZA e BERNSTEIN, 1989)⁵⁵.

Os novos questionamentos não mais se detêm perante certas constatações estruturais, como do tipo fascismo e grande capital ou industrialização e varguismo (a chamada superação do Primado da Economia), mas, avançam sobre a prática cotidiana da violência e do terror, a cultura popular e suas relações com o Estado e a preocupação deste mesmo Estado fascista com a existência de uma “opinião popular” ou “o homem das ruas” (mesmo quando a sociedade civil já foi domesticada). A introdução de novos argumentos teóricos, como propostos, por exemplo, por Peter Gay e Tzvetan Todorov, permitiram direcionar o foco da análise para a distribuição social da violência, sua justificativa, seus agentes e, claro, as vítimas (GAY, 1995; TODOROV, 1995)⁵⁶. É o que denominamos de história social da violência (PAUL e MALLMANN: 1996)⁵⁷.

Ao lado da análise das formas de convencimento, da propaganda e seus meios de sedução das massas, como trabalham Peter Reichel e M.H. Capelato, ou da recepção de tais mecanismos de sedução, como o faz Jorge Ferreira, deve-se destacar o uso da violência, como a outra face do mesmo processo.

55. MILZA, Pierre e BERNSTEIN, Serge. *Le fascisme italien*. Paris, Seuil, 1989.

56. GAY, Peter. *O cultivo do ódio*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995 e TODOROV, T. *Em face do extremo*. Campinas, Papyrus, 1995.

57. PAUL, G. e MALLMANN, Klaus. *Die Gestapo, Mythos u. Realität*. Darmstadt, Primus Verlag, 1996.

Convencimento e violência são, assim, o “modus operandi” fundador das ditaduras. Claro está que todos os Estados agem através de tal combinatória. A diferença reside no estabelecimento da violência como recurso aberto, cotidiano e justificado por parte do Estado para assegurar sua continuidade. Trata-se da imposição violenta da ordem, da coerção cotidiana e capilar exercida pelo Estado e seus agentes no interior da sociedade cooptada pelas práticas do Estado – daí a imensa relevância dos partidos. Assim, os novos temas voltam-se para a organização e administração da violência e em especial a violência contra formas de ser e viver que estariam em confronto com as expectativas do Estado⁵⁸. É neste contexto que a proposição de Ernst Nolte de compreender os movimentos ditatoriais do século XX como metapolítica, optando por uma abordagem fenomenológica dos fascismos, assume grande importância. Além da lealdade política aparente, era necessária a adesão de corpo e alma, viver plenamente o novo homem que os regimes autoritários imaginavam (NOLTE, 1982)⁵⁹. Assim, não bastavam os sinais exteriores de aceitação ou conformidade, buscava-se o agir de acordo com as novas regras. Por esta razão, que os chamados “apolíticos”, em variados tipos - criminosos de direito comum, doentes, gays, Testemunhas de Jeová, ciganos, ociosos, etc... - tornaram-se alvo da repressão, mormente dos tribunais especiais sob as ditaduras.

Estes “associais”, ou marginais, seu conjunto, por razões totalmente diferenciadas, não se adaptavam, ou mesmo aceitavam, os princípios fundantes das ditaduras contemporâneas e acabaram por compartilhar um destino comum brutal. Tal ação estatal, denominada por uns de fascitização da sociedade, como na Itália, *Gleichschaltung*, ou “Reordenamento”, no Terceiro Reich, ou “Reajustamento do país” no Estado Novo, impunha duas características básicas à ação das ditaduras contemporâneas: de um lado, a invasão do poder político normatizador sobre o conjunto da vida privada do indivíduo, ferindo de morte as noções liberais de diferenciação entre sociedade civil e Estado

58. É aqui que a teoria do totalitarismo, como ferramenta de análise, pode vir a desempenhar um papel de extrema relevância nos estudos sobre as ditaduras.

59. NOLTE, Ernst. *Die faschistischen Bewegungen* (Os movimentos fascistas). Munique, DTV, 1982.

- a exacerbação da politização do cotidiano - e, de outro, a o terrorismo de Estado como método político⁶⁰.

Um melhor estudo das instituições repressivas, de forma comparativa, permitiria lançar novas luzes ao debate sobre a natureza das ações das ditaduras contemporâneas. Em especial, a análise das instituições policiais e judiciárias, no seu afã de impor a “nova ordem”, abre caminho para visualização das características mais marcantes de tais regimes. Como afirmou Ayçoberry, tal exacerbação política – a radicalização cumulativa de Broszat, Kershaw e Mommsen - manifestou-se como a extrema politização do cotidiano, com a transformação de temas corriqueiros e da vida privada dos indivíduos - tais como a sexualidade, o casamento, o lazer, a instrução e o trabalho - em alvos da ação estatal e, no limite, da repressão. Bandeiras, símbolos, fardas e hinos penetraram em esferas do viver até então vedadas às manifestações políticas: altares de Igrejas, cerimônias de casamento, a escola, os tribunais, hospitais, por exemplo, passaram a ostentar os símbolos dessa extrema politização.

Devemos ter claro aqui o fato de que tais regimes foram marcados, decisivamente, pela rejeição às formas de representação política de tipo liberal. Qualquer que seja a caracterização que se busque para o Terceiro Reich, a Itália fascista ou o Estado Novo salta-nos aos olhos a completa rejeição de tais regimes ao liberalismo. Uma das consequências básicas da recusa às formas liberais-representativas pelas ditaduras foi a concomitante recusa à clássica distinção entre a esfera pública e a esfera privada, matriz básica da construção da ordem liberal-burguesa – e, no Ocidente, um a garantia da individualidade⁶¹. Tornava-se, assim, livre a ação do Estado para intervir no comportamento privado do indivíduo, não só na sua expressão política ou nas relações de trabalho, como ainda na criação dos filhos, no trato médico dos enfermos, no comportamento religioso ou sexual. Reside aí, bem ao contrário do que muitos analisistas pensam, a chave de entendimento do que Mussolini afirmava ser o Estado

60. AYÇOBERRY, Pierre. Op. cit. p. 31 e ss.

61. Ver para a análise da emergência da esfera pública o trabalho de HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

Total ou “*totaler Staat*” dos nazistas: nenhum impedimento, nenhum obstáculo, para a ação estatal em todos os domínios da vida do indivíduo - aqui estaria a natureza precípua do projeto nunca alçado (embora intensamente buscado) do totalitarismo. É a isso que se remete Pierre Ayçoberry ao falar da extrema politização da vida cotidiana sob as ditaduras, em especial sob o fascismo, como traço definidor. Não se trata de propaganda, mas da própria natureza e agir dos regimes fascistas. Até que ponto as ditaduras e as ditaduras militares chegaram a este ponto? Este seria um importante programa de pesquisas.

OS TRIBUNAIS DA REPRESSÃO:

UM CASO DE AGIR POLÍTICO DAS DITADURAS

Todos os regimes ditatoriais criaram tribunais de exceção. Tais tribunais especiais deveriam garantir a aplicação dos novos princípios emanados do poder para a construção do novo homem. Cabia a eles exercer a violência estatal na direção do total domínio dos objetivos do Estado, ocupando o espaço aberto pelo fracasso do convencimento. Ali onde o convencimento era insuficiente, os tribunais especiais exerciam a violência legalizada. Ademais, a existência de tais tribunais servia de exemplo para os outros recalcitrantes; somente a sua existência e a possibilidade de lançar seus braços sobre qualquer indivíduo já exercia terror suficiente na direção de garantir os objetivos do Estado. Desta forma, a violência era exercida por tais tribunais não só de forma real, direta, viabilizando a segregação, o desterro, a tortura e o assassinio, como ainda exercitavam, tais tribunais, uma violência imaginária, que penetrava nas mentes dos indivíduos e paralisava a possível ação de rebeldia. Os tribunais e suas polícias exerceram um terror calculado não só sobre os milhares que passaram por seus bancos; milhões outros permaneceram, reconditamente, massacrados ante o medo de serem alcançados por tais ações. A recusa de inúmeros institutos básicos do Direito Civil, a retroatividade das leis, os julgamentos secretos, o cerceamento da defesa, o anonimato dos juízes, eram elementos fundamentais para o funcionamento pleno do terror judiciário das ditaduras.

Uma dura ironia histórica reside nesta rejeição e escarnecimento do liberalismo pelos regimes ditatoriais. Tanto na Itália, como na Alemanha ou no Brasil, a máquina repressiva usada para punir a oposição teve suas origens em plena vigência do regime liberal.

A segunda característica fundamental das relações entre tribunais e ditaduras surge como decorrência do anterior: o Estado, através de suas agências, exercita um constante terrorismo contra seus cidadãos. Aqui se visualiza uma das inversões básicas da ordem liberal-burguesa: a criação de tribunais e legislações de defesa do Estado. Este, ou sua metáfora onipresente - a ordem pública - são considerados carentes de proteção, permitindo a invasão da vida privada e o esbulho dos direitos de defesa dos cidadãos. O cerceamento das garantias individuais, em pleno funcionamento do tribunal do regime ditatorial, demonstra com clareza que tais regimes não buscavam as garantias individuais de felicidade. Antes, a felicidade dos indivíduos só seria possível no seio do Estado e enquanto manifestação da felicidade pública. Assim, mesmo quando o indivíduo não é considerado culpado - casos raríssimos, já que o comparecimento perante a um tribunal especial pressupunha a culpa - ou depois de decorrida a pena - o indivíduo não adquire novamente seus direitos de cidadania. Tais tribunais garantiam o reenvio para campos de concentração ou extermínio, como no caso alemão, ou a vigilância permanente por parte da polícia, como no caso brasileiro. No dizer de um juiz do Tribunal de Segurança Nacional, no Brasil do Estado Novo, a alta periculosidade de seus réus, mesmo cumprida a pena, residia no fato de não serem criminosos ou degenerados e, sim, homens de bem. Assim, o terrorismo de Estado exercia um papel fundamental de coesão interna, visando inibir ab ovo qualquer manifestação de descontentamento.

A atuação dos tribunais especiais, ou de exceção, nas ditaduras nos permite aprofundar a análise do funcionamento da violência institucional.

Tais regimes ditatoriais estabeleceram a violência como forma básica de garantir sua existência, recorrendo aos tribunais especiais para segregar, afastar e aniquilar não só seus oponentes políticos, como também todos aqueles que não se enquadrassem nas normas que embasavam suas concepções de mundo.

Assim, a violência administrada pelo Estado foi, em tais regimes, o elemento central de sua ação. Criar, manter, reordenar e adequar tribunais que deveriam dar respeitabilidade e legalidade a uma ação distributiva da violência tornou-se um dos objetivos básicos da ação estatal e, na maioria das vezes, a única justificativa para a existência de tribunais e dos seus ritos jurídicos em tais sociedades (AYÇOBERRY, 1998)⁶². Devemos operar uma clara distinção, acompanhando os passos de Walter Benjamin, entre a violência mantenedora da lei, simultaneamente normativa e regulada em todos os regimes considerados de direito, e a ação do que denomina de violência posicionadora, a que traz consigo uma possibilidade nova de ordenamento do poder.

Para uma melhor compreensão do papel da violência política na sociedade moderna Benjamin propõe uma clara diferenciação entre ambas as formas de violência emanadas do Estado e, da mesma forma, uma permanente tensão entre ambas. O que denomina de lei da oscilação entre ambas as ações - *Schwankungsgesetz* - de violência no Estado gera uma luta em que o próprio princípio fundante do Estado - muitas vezes um ato de violência contra uma condição de injustiça anterior - se enfraquece face ao argumento, defendido pelo próprio Estado quando já estabelecido, da intolerância perante a violência (BENJAMIN, 1977: 179)⁶³. Assim, constitui-se outra violência: a repressão contrária ao surgimento (a imposição) de um novo princípio de gestão da violência, para cuja eficácia deve-se munir o Estado - mesmo o liberal e representativo - de instituições mantenedoras da lei da violência aceita, então, como normativa.

No caso das ditaduras dois processos agem como detonadores do equilíbrio - frágil e instável é verdade - entre o caráter, de um lado, mantenedor e, de outro, impositivo da violência.

Vejamos: as ditaduras rompem com os limites da violência normativa e regulada (a violência mantenedora da lei) e se utilizam, ao mesmo tempo, de um potencial crescente de violência impositiva como instrumento de constituição

62. AYÇOBERRY, Pierre. *La société allemande sous le IIIe. Reich*. Paris, Seuil, 1998.

63. BENJAMIN, Walter. *Zur Kritik der Gewalt*. Gessammelte Schriften, v. II, Suhrkamp, Frankfurt, 1977, p. 179.

permanente do novo Estado. Este caráter permanente da violência impositiva, superando a cada momento o caráter mantenedor da violência, acaba por transbordar qualquer limite da violência normativa do Estado e a reduzir-se a uma ação terrorista do próprio Estado.

Os tribunais são um cenário excepcional para a análise de tal processo: por definição deveriam constituir-se em limites da ação impositiva e em trincheiras da violência mantenedora, esvaziando o caráter explosivo da violência vinda das ruas ou de outras instâncias do poder, e que fora, em sua origem, conformadora dos próprios regimes ditatoriais. O fato de que os tribunais se conformam segundo ritos - a liturgia jurídica -, os obriga, de qualquer forma, a um agir estabilizador, mantenedor, longe, portanto do caráter impositivo da violência. Entretanto, a prática da violência impositiva típica de tais ditaduras - são regimes que se caracterizam pela necessidade permanente de ação violenta para não serem constrangidos a lidar com a ausência de objetivos racionais, daí a criação constante de inimigos objetivos cujo destino último é o tribunal - acaba por superar o ordenamento mais avançado - quer dizer autoritário - que tenha num determinado momento sido criado. Assim, os tribunais literalmente correm atrás de patamares cada vez mais avançados da violência, sob risco de tornarem-se obsoletos e, no limite, hostis às necessidades impositivas da violência.

Na maioria das vezes tal processo será inútil, com a superação *in limine* dos tribunais, como lugares - *torwi, topoi* - da violência, por outras instituições, menos ancoradas na ideia de rito, tal qual, por exemplo, as polícias políticas.

DISCUTINDO AS DITADURAS

Uma das muitas dificuldades que pode facilmente surpreender o pesquisador da história do tempo presente na América Latina é a raridade da expressão ditadura e, em especial, ditadura militar ou mais modernamente “ditadura civil-militar” - como propôs Daniel Aarão Reis Filho -, nos textos acadêmicos. A maioria dos autores opta por eufemismos que encobrem a verdadeira natureza dos regimes que nas últimas décadas dominaram o cenário local. Assim, teve

amplo sucesso (como já vimos) o termo *autoritarismo*, combinado com “regime”, “governo” ou “práticas”, elidindo o caráter básico de tais regimes: suas origens em *putsch*, *pronunciamientos* ou golpes militares e sua base de apoio constituída a partir do uso policial das forças armadas, claramente contrariando suas funções constitucionais.

Em sua origem, a opção pelo termo *autoritarismo* nos anos '60 e '70 decorreu, nos vários países latino-americanos, da atuação da censura e, mesmo, de saudável cuidado, por parte do pesquisador, em não se expor em demasia em face de regimes truculentos (lembremos que na Argentina os cursos de ciência política foram fechados e no Brasil o maior número de professores presos ou exilados foi de historiadores e cientistas sociais). Entretanto, após o fim da maioria das ditaduras, em meados dos anos '80, continua-se a usar eufemisticamente o termo *autoritarismo*. Para além do aspecto anedótico aí envolvido, poderíamos supor certo pudor ideológico – já que muitas ditaduras guardaram sinais formais do regime representativo de tipo liberal (recobrando, na prática, uma ditadura), como no Uruguai e no Brasil⁶⁴. Ao mesmo tempo, temos uma dificuldade teórica e metodológica.

Mesmo quando distinguimos claramente as práticas administrativas de tipo coloniais – vigentes até 1810-1822 – do subsequente caudilhismo (com seu apogeu no tempo das repúblicas americanas e do Império do Brasil) e, por fim especificando as diferenças entre caudilhismo (mandonismo, coronelismo), e as ditaduras civis e militares do século XX, somos forçados a reconhecer que a história da América Latina não tem sido um bom exemplo de liberdade e de garantias individuais.

Temos assim situações historicamente diferenciadas e que devem ser estudadas em contextos históricos diferenciados, sem tudo recobrir com a simples designação de “autoritarismo”, a saber: (i.) as estruturas de poder coloniais, controladas por

64. O debate político e historiográfico acerca da natureza e grau de truculência das diversas ditaduras latino-americanas ainda está em aberto e causa grandes polêmicas, com ocorrências recorrentes na imprensa. Trata-se, várias vezes, da esdrúxula expressão “ditamole”, ou sua versão mais culta, a “ditadura morena” ou “branda” aplicada a regimes como o brasileiro ou uruguaio, em comparação com o caráter brutal de ditaduras como a chilena ou argentina, muitas vezes, por isso mesmo, chamadas de “fascistas”.

funcionários nomeados e sem sanção democrática como vigiu no período colonial; (ii.) a emergência do caudilhismo (ou mandonismo, ou coronelismo) como ou sem uma cobertura de instituições políticas de tipo liberal-representativo – configurando a dominação de tipo tradicional -, como foi o caso em toda a América Latina; e, por fim, (iii). a emergência das ditaduras clássicas da América Latina.

Assim, um primeiro passo para uma análise rigorosa das ditaduras na América Latina requer uma diferenciação entre os diversos regimes não democráticos que abundaram na nossa história seja estabelecida. Devemos reconhecer que nem todos os regimes não democráticos são, necessariamente, ditaduras ou, mesmo, “autoritários”.

Ao lado das ditaduras (do bonapartismo e do fascismo) e da democracia coexistem, historicamente, regimes políticos ditos “tradicionais”, onde as estruturas de poder estão açambarcadas por formas paternalistas, aristocráticas ou clericais de dominação. Muitas vezes, nestas sociedades, dá-se uma ampla aceitação, tácita ou explícita, de formas tradicionais de dominação. Assim, classificar as formas tradicionais de dominação como “ditatoriais” ou “autoritárias” seria produzir um forte anacronismo e, no limite, uma análise etnocêntrica.

Assim sendo – e parece haver consenso neste ponto – o mérito de adjetivar as ditaduras como “regimes autoritários” parece redundante ou mesmo nulo. “Autoritário” era o regime dos Bourbons na América, a ditadura de Solano Lopez no Paraguai, de Rosas na Argentina ou o Império do Brasil. Logo, não nos parece haver conteúdo específico – ou seja, não constitui uma categoria de análise válida - em denominar de “autoritário” os regimes militares (o seriam por própria definição). Por isso mesmo, deveríamos retornar a uma categoria já amplamente discutida em ciências políticas: ditadura e seus correlatos, a ditadura militar e o bonapartismo (POULANTZAS, 1970)⁶⁵.

Tanto Maurice Duverger quanto Nicos Poulantzas concordam com um mesmo ponto para a definição de ditadura: a concentração de poder numa única instância institucional, sem uma clara, transparente e constitucionalizada relação

65. Ver POULANTZAS, Nicos. *Fascisme et Dictature*. Paris, F. Maspero, 1970.

entre o poder executivo e o poder legislativo. Residiria aí na autonomia e heteronomia possível dos poderes constitucionais a definição de representatividade, e ao mesmo tempo – de uma forma negativa - para estabelecer a extensão, dos regimes ditatoriais (DUVERGER, 1966 e POULANTZAS, 1968: 160)⁶⁶.

Em ambos os autores, embora com análises diferentes, valoriza-se o papel das assembleias eleitas como base da legitimidade democrática e representação heteronômica da nação. A tais assembleias se contraporia os (poderes) executivos dotados com suas tendências concentradoras de poder, tendendo tanto a autonomia, quanto a sua imposição aos demais poderes e ao conjunto da sociedade.

Devemos ainda destacar que no Estado Moderno, em especial depois da generalização das relações sociais de tipo capitalista – digamos, depois de 1870-1880 para a maioria dos países ocidentais – as funções do Estado ampliaram-se imensamente. Foram criados vários “entes” estatais e grandes agências de poder que tenderam a escapar ao controle das assembleias eleitas. Assim, aos “aparelhos de Estado” clássicos (definidos por Max Weber como a própria marca do Estado Moderno (WEBER, 1994)⁶⁷) como a burocracia administrativa, a polícia, e as forças armadas somar-se-iam novas instituições conformadoras da vida (inclusive privada) dos indivíduos na sociedade moderna. Referimo-nos aqui a tremenda extensão dos poderes da clínica e de seus projetos de saúde e sanitário, os escritórios governamentais de reforma urbana, redefinindo as normas de salubridade e de moradia, as agências públicas de censo e de imposto de renda, a escola e as obrigações coletivas daí recorrentes. Estes novos domínios formam uma série de obrigações e de normas que moldam a vida cotidiana desde a infância resultando naquilo que muitos autores, baseados na maioria das vezes em Michel Foucault, denominam de “biopoder”.

66. DUVERGER, Maurice. *Les Régimes Politiques*. Paris, PUF, 1966 e POULANTZAS, Nicos. *Pouvoir Politique et Classes Sociales*. Paris, F. Maspero, 1968, p. 160.

67. WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn, 3ª edição, Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1994.

Muitas destas novas práticas de normatização – desde a obrigatoriedade do cinto de segurança em automóveis até o reconhecimento automático de vínculos afetivos pelo Estado – são consideradas, por setores militantes da sociedade, como “autoritárias”. Mesmo existindo assembleias eleitas, sob o funcionamento normal da democracia liberal-representativa, a moldagem da vida cotidiana, na esfera da vida privada, poderia, para muitos, ser considerada “autoritária”.

Outro debate se dá em torno da existência de agências ditas “técnicas” que, por isso mesmo, não deveriam, ou não poderiam, estar sujeitas às decisões de assembleias democráticas (muitas vezes consideradas “populistas”). Assim, antes do estado tais como os bancos centrais, os departamentos da receita ou áreas da política externa, entre outros, são considerados estruturas técnicas e que, portanto não deveriam ser colocadas sob escrutínio popular. Para muitos críticos desta aparente “tecnicidade” do Estado Moderno, como Jürgen Habermas, a ideia de um descolamento entre técnica e política mal encobre um forte viés “autoritário” embutido nas relações capitalistas hegemônicas no mundo moderno.

Tais instituições, com normas e foros específicos, relativamente autônomas no seu desempenho face às assembleias, tenderiam, com executivos fortes e autônomos, a superdimensionar sua ação, escapando dos controles das assembleias representativas. Muitas vezes, tal processo, típico a partir dos anos '30, principalmente face às necessidades de interferência do político sobre o econômico – nos referimos a crise de 1929 com a imposição de uma gestão mais eficiente do capitalismo, como foi o caso do *New Deal* – foi explicado como resultado natural da tecnificação da vida política contemporânea, envolvendo a política com pesado jargão técnico capaz de convencer o homem comum da complexidade da gestão pública e, ao mesmo tempo, de sua ignorância.

EM BUSCA DE UMA TIPOLOGIA

Franz Neumann, no estudo clássico e original (já citado) sobre o tema da natureza das ditaduras, propõe uma classificação formal para as ditaduras.

Compreendendo o fenômeno a partir da noção de governo de uma pessoa ou de um grupo de pessoas que se arrogam o poder e o monopolizam, exercendo-o sem restrições (1957: 257)⁶⁸. Assim, a proposição de Neumann encontra perfeito acolhimento na análise de Duverger e Poulantzas, permitindo-nos avançar em direção à tipologia proposta pelo primeiro, ao classificar as ditaduras como:

1. *ditadura simples* – o poder político é monopolizado pelo ditador, que pode exercer o seu poder somente por meio do controle absoluto dos meios tradicionais de coação, ou seja, a polícia, o exército, a burocracia e o judiciário. Poderia englobar a ditadura clássica e a ditadura militar;
2. *ditadura cesarista* (ou bonapartismo) – neste caso o ditador pode se sentir compelido a criar um apoio popular, a conseguir uma base nas massas populares, para a sua ascensão, ou manutenção, no poder, articulando-se diretamente sobre a população como meio de ignorar ou abolir as instituições representativas, combinando coação monopolizada e apoio popular (a sedução ou consentimento);
3. *ditadura totalitária* – são os casos onde o grupo no poder sente a necessidade, para a continuidade do exercício do poder, do controle sobre a educação, os meios de comunicação e as instituições econômicas e assim busca atrelar toda a sociedade e a vida privada do cidadão ao sistema de dominação política, sempre controlado por um partido único.

A tipologia acima, formulada por Neumann, parece, a nosso ver, atender basicamente aos experimentos históricos vividos pela América Latina ao longo do século XX (guardando as demais ditaduras do século XIX, como Rosas na Argentina

68. NEUMANN, Franz. *The Democratic and the Authoritarian State*. New York, The Free Press of Glencoe, 1957, p. 257.

ou Lopez no Paraguai para as formas tradicionais, caudilhescas, de dominação). Assim, as ditaduras militares, com o exercício de poder baseado na coação fornecida por aparelhos de Estado do tipo exército e/ou polícia, ao lado de burocracia técnica independizada do escrutínio popular, afigura-se como o modelo perfeito para o caso latino-americano na segunda metade do século XX. Claro, restaria um ponto fundamental de definição das ditaduras latino-americanas, para além da tipologização de sua forma, avançando na construção de seus conteúdos.

Trata-se de definir sua natureza.

A NATUREZA DAS DITADURAS

Um aspecto recorrente das ditaduras latino-americanas, no século XX, é a naturalidade das relações de tais regimes com os partidos tradicionais de direita (quase nunca as ditaduras criaram seus próprios partidos, quando muito reuniram e aglutinaram forças já existentes) ou, mais comumente, com os setores tradicionais da oligarquia agrária e financeira ou do empresariado mais conservador. Em suma, as ditaduras latino-americanas foram, tradicionalmente, ditaduras de direita e implementaram regimes que favoreceram os setores mais conservadores e antipopulares do continente⁶⁹. Muitas das vezes tais regimes foram apoiados (como no Brasil) ou mesmo induzidos (como no caso do Chile) externamente. Daí a identificação quase imediata dos regimes ditatoriais latino-americanos com o chamado “imperialismo” e incluídas, no âmbito econômico, da chamada “teoria da dependência”.

A isso, que Poulantzas denomina de “sobredeterminação das relações entre o executivo e o legislativo nos regimes de exceção”, Neumann denomina de “função social da ditadura”. Ou seja, trata-se aqui de explicitar a natureza, o conteúdo social e os projetos embutidos no agir político dos regimes ditatoriais da

69. Para o debate sobre a atualidade da diáde “direita versus esquerda” ver o importante trabalho de BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda*. SÃO Paulo, EDUSP, 1991. Para uma ampla recensão dos temas da direita política e social contemporânea ver: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. (Org.) *Dicionário Crítico do Pensamento de Direita*. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.

América Latina. Assim, para um estudo completo sobre a natureza das ditaduras latino-americanas, o seu agir concreto, no dia-a-dia, deveríamos considerar: o sistema econômico vigente; a afinidade de classes e de sua adesão ao regime e a estrutura da personalidade do governante.

A amplitude, contudo, do programa de estudos de Neumann (desenvolvido nos Estados Unidos, após sua fuga da Alemanha nos anos 30) excede, em muito, os objetivos deste trabalho. Cabe apenas registrar, no plano teórico, a imperiosidade de tal procedimento e, no plano empírico, o fato de que as ditaduras no continente trabalharam em íntima associação com o latifúndio e o empresariado, muitas vezes promovendo e sustentando uma forma especialmente antipopular e espoliadora de governo. Isso ocorreu mesmo que tenham sido sucessos econômicos tais como o milagre brasileiro nos anos '70, a Argentina sob a gestão do ministro Martínez de Hoz, ainda nos anos '70 ou o Chile sob Pinochet.

Cabe, é verdade, registrar uma notável exceção na simbiose ditadura-latifúndio na América Latina. Referimos-nos, no caso, ao regime implantado no Peru pelo general Juan Velasco Alvarado, entre 1968 e 1975, que expropria as empresas americanas e aprofunda a reforma agrária no país.

Assim, consideramos as ditaduras continentais no século XX como regimes de novo tipo, distintos do fenômeno clássico do caudilhismo (caciquismo, mandonismo ou coronelismo), com novas formas de exercício do poder e novos tipos de vinculação com os grupos sociais internos e laços de dependência, apoio e retroalimentação com o exterior⁷⁰.

70. É importante destacarmos o fato de que as ditaduras, inclusive as ditaduras militares, do século XX instalaram-se em sociedades onde raramente as formas tradicionais de poder (mando, caudilhismo, coronelismo) estavam superadas. Foi assim na América Latina, mas também ocorreu na Europa em países como Portugal, Espanha e Grécia ao longo do século XX. Assim, embora algumas ditaduras tenham sido montadas para superar o domínio oligárquico – por exemplo, o componente tenentista e modernizante da Revolução de 1930 no Brasil – muito prontamente estas mesmas ditaduras refuncionalizaram, em favor próprio, o domínio oligárquico – mais uma vez Vargas, no Brasil, é um bom exemplo. Mesmo as ditaduras militares, notoriamente modernizantes aproveitaram-se de formas tradicionais, locais, de dominação oligárquica, muitas vezes negociando uma sobrevida para pequenos caudilhos locais, capazes de garantir o apoio “popular” para o regime ditatorial. Ainda uma vez a ação da ditadura militar no Brasil, a partir de 1964, é um bom exemplo, cooptando várias “dinastias” de caudilhos regionais como base do seu poder político. Assim, embora as ditaduras latino-americanas sejam, em geral, modernizantes, foram elas capazes de operar refuncionalizações (ou salvagens

O momento de sua aparição na cena política continental – os anos '30 – superando as repúblicas oligárquicas tradicionais (envelopadas em um velho liberalismo de fachada), mostra-se como um período generalizado de crise das democracias, e apesar disso, um momento crucial para a implantação de regimes democrático-representativos no continente. Isto em virtude da crise do caudilhismo/coronelismo oligárquico clássico, incapaz de dar soluções modernas e eficazes para a crise do modelo agrário-exportador vigente de forma secular no conjunto de países latino-americanos. Desta forma, desde 1930, as duas formas de regime, democracia e ditadura, irão concorrer abertamente entre si pela hegemonia no continente. Depois dos anos '30 a transformação da sociedade latino-americana em sociedades de massa, a forte urbanização e industrialização potencializarão as demandas populares por participação e cidadania. Irrupção, no cenário político, das grandes massas populares, na maioria das vezes organizadas em partidos populares - APRA, Justicialismo, o Partido Trabalhista Brasileiro, etc.. - irão impactar enormemente as elites tradicionais, pela primeira vez ameaçadas em seu controle do Estado. A opção ditatorial, inclusive de velhas lideranças liberais, será largamente uma reação pânica dos setores tradicionais ante a nova verdade política: sua incapacidade para ganhar eleições em sociedades modernas. Por fim, o impacto da Guerra Fria, no pós-II Guerra Mundial, e o fato de América Latina ter sido arrastada para o conflito Ocidente/Oriente explica, em grande parte, a vitória da ditadura por quase todo o continente.

Somos obrigados, assim, a destacar dois aspectos contraditórios e complementares das ditaduras latino-americanas: por seu conteúdo social, sua sobre-determinação, aproxima-se largamente das forças tradicionais da sociedade, inclusive absorvendo e refuncionalizando as oligarquias tradicionais como forma de exercício e legitimação de poder. Contudo, na maioria das vezes, trazem também um agir (e um discurso) modernizante que, necessariamente, choca-se

) de formas tradicionais de dominação, normalmente apresentadas como “atrasadas” e mesmo “feudais” na literatura coetânea. Ver POULANTZAS, Nicos. *A crise das ditaduras*, Rio, Paz e Terra, 1976. Para o debate sobre a noção de “atraso” e sua persistência na história agrária latino-americana ver LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco. C. *Terra Prometida. Uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

com o arcaísmo das oligarquias tradicionais. Assim, no bojo das ditaduras agiam forças contraditórias, surgiram tensões e conflitos, que muitas vezes desembocaram na própria crise do regime ditatorial.

A ERA DAS DITADURAS

Embora enraizadas em sua história, e em especial em suas estruturas econômico-sociais e em certa mentalidade, a história das ditaduras latino-americanas guarda uma perfeita simetria com a política internacional e sua dependência com os grandes centros mundiais do capitalismo. A crise da hegemonia britânica, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) sobre o continente e o contínuo avanço da presença norte-americana, já largamente experimentados através de suas relações com o México e o Caribe, acabará por gerar uma nova dependência com novas possibilidades de intervenções diretas no continente.

O primeiro momento da presença americana explícita, ao sul do Caribe, foi marcada pela necessidade de conter a influência germânica, a expansão do Terceiro Reich, em face de uma Grã-Bretanha por demais envolvida na conservação do seu próprio império. Assim, Brasil, Argentina e Chile tornaram-se alvos principais dos interesses estratégicos e econômicos dos Estados Unidos a partir dos anos de 1930 (MARTEL, 1999)⁷¹.

No caso brasileiro, o envio de um corpo militar expedicionário à Europa, durante a Segunda Guerra Mundial, em direta ligação com as forças armadas americanas, acaba por criar laços profundos, que frutificaram nos anos '50 e '60.

Uma cultura militar, e uma mentalidade salvacionista imbuída da ideologia de missão, já se desenhara plenamente no continente. Os riscos para a soberania, a pobreza e a corrupção endêmica serão os alvos iniciais das manifestações militares.

Da mesma forma, a crise de 1929 esbate profundamente as oligarquias tradicionais, com suas exportações agrícolas, e conseqüentemente seus arranjos

71. MARTEL, Gordon (ed.) *The Origins of the Second World War reconsidered*. Londres, Routledge, 1999.

políticos. Os militares, tanto no Brasil, na Argentina ou no Peru, já vinham denunciando as fraquezas atávicas dos regimes liberais-oligárquicos e, num momento de acirramento das disputas imperialistas, a incapacidade de tais regimes defenderem os interesses nacionais. Assim, no caso de vários países sul-americanos – Chile, Peru, Ecuador, Bolívia, Paraguai – o período entre o final do século XIX e os anos '30 são marcados por guerras cruentas e de perdas (e ganhos) capitais para o futuro, e que, simultaneamente, mostram a incompetência dos regimes políticos vigentes. É o caso da Guerra do Pacífico, 1879-1884, entre Bolívia, Peru e Chile; a Questão do Acre, em 1903, entre Bolívia e Brasil; a Guerra do Chaco, 1932-1935, entre Bolívia e Paraguai, como exemplos de momentos em que os militares são chamados a desempenhar um papel importante na vida política local. A experiência do chamamento dos militares mostra que uma vez colocados no prosicênio torna-se extremamente difícil fazê-los retornar aos quartéis.

Mesmo em países onde os conflitos externos não desempenharam um papel de monta, mas havia uma tensão externa crescente, na véspera da II Guerra Mundial (e, por exemplo, a rivalidade intensa entre Buenos Aires e Rio de Janeiro, como no caso do Brasil e a Argentina), os militares, imbuídos de variada ideologia modernizante, sentiram-se portadores de uma missão salvadora e regeneradora da nação. Essa é a natureza do movimento tenentista no Brasil, com o qual facilmente pode-se traçar um paralelo com o movimento Jovem Turco. O tenentismo anuncia e fornece os ideais e quadros da Revolução de 1930 e da ditadura do Estado Novo (1937-1945) no Brasil (KEYDER in SEVEN, 1984 e PRESTES, 1987)⁷².

No caso brasileiro, os militares reatualizaram, em contato com as forças americanas, e mais tarde na Escola das Américas e outros centros de treinamento, seus ideais salvacionistas, agora diretamente vinculados ao clima de enfrentamento Ocidente/Oriente decorrente da Guerra Fria.

72. KEYDER, Çağlar. "Vom osmanischen Reich zur Republik" In: SEVEN, Ömer. Türkei. Hamburg, VSA, 1984 e PRESTES, Anita L. Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora. Petrópolis, Vozes, 1987.

FABRICANDO DITADURAS

O início do ciclo de ditaduras latino-americanas pode ser identificado na década de '30, do século XX. Foi nesse momento, sob impacto duplo da crise de econômica mundial de 1929 e do desafio à hegemonia anglo-saxã sobre o continente, com o advento de novos imperialismos (o Terceiro Reich alemão em especial), que as tradicionais formas de dominação nas repúblicas latino-americanas, baseadas em suas largas plantaciones, entraram em colapso.

Não partilhamos, dessa forma, da opinião daqueles, como Jacques Lambert, que apostam numa continuidade secular, desde as guerras de independência até os nossos dias, dos regimes autoritários no continente, propondo uma linha perfeita entre as ditaduras do século XIX e as ditaduras militares da segunda metade do século XX, mesmo que a natureza das mesmas tenha evoluído. A continuidade residiria no seu caráter antipopular e no medo persistente das elites face ao processo de inclusão participativa das massas. Assim, embora haja continuidade de objetivos, a função social – para retomar a expressão de Neumann – transformou-se profundamente ao do próprio processo de desenvolvimento econômico da região(LAMBERT: 1973)⁷³. Assim, os regimes autoritários que se instalaram na América Latina logo depois da independência – e seriam modelares os casos da Argentina e Paraguai – possuiriam, por sua sobredeterminação ou função social, características próprias, suficientes para distingui-los dos regimes militares contemporâneos. Assim, as ditaduras latino-americanas não seriam nem enfermidades políticas, nem tão pouco estado patológico derivado da própria sociedade, como bem observa Rouquié (1969)⁷⁴.

Assim, a nosso ver, o caudilhismo ou caciquismo do século XIX e do início do século XX, teriam entrado em crise em face de formas muito mais eficientes e profissionais de ditaduras militares enquanto opção de dominação das elites locais.

73. LAMBERT, Jacques. *América Latina: estructuras sociales y Instituciones Políticas*. Buenos Aires, Ariel, (1968), 1973.

74. ROUQUIÉ, *. *Le rôle politique des forces armées en Amérique latine. État des travaux*. Revue Française de Sciences Politiques, t.XIX, 4, 1969.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYÇOBERRY, Pierre. *La société allemande sous le IIIe. Reich*. Paris, Seuil, 1998.
- BENJAMIN, Walter. *Zur Kritik der Gewalt. Gessammelte Schriften*, v. II, Suhrkamp, Frankfurt, 1977, p. 179.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda*. São Paulo, EDUSP, 1991.
- DE GRAZIA, Victoria de. *Consenso e cultura di massa nell'Italia fascista*. Roma/Bari, Laterza, 1981.
- DEFRASNE, Jean. *Histoire de La Colaboration*. Paris, P.U.F., 1982.
- DOMENACH, Jean_Marie. *La Propagande Politique*. Paris, P.U.F., 1959.
- DUVERGER, Maurice. *Les Régimes Politiques*. Paris, PUF, 1966
- GAY, Peter. *O cultivo do ódio*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995
- GOFFMAN, Irving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- KERSHAW, Ian. *Stalinism and Nazism: Dictatorships in Comparison*, (em parceria com Moshe Lewin), Cambridge, University Press, 1997.
- _____ “Working Towards the Führer: Reflections on the Nature of the Hitler Dictatorship” pages 231-252, In: *The Third Reich*. LEITZ, Christian, London: Blackwill, 1999 page 234.
- KEYDER, Çağlar. “Vom osmanischen Reich zur Republik” In: SEVEN, Ömer. *Türkei*. Hamburg, VSA, 1984
- KIRKPATRICK, J. “Dictatorship and double Standards”. Nova York, Double Day, 1982.
- KULK, Otto Dov (February 2000). “The Role of Hitler in the ‘Final Solution’”. Yad Vashem. http://www1.yadvashem.org/about_HOLOcaust/studies/vol33/abs_Otto_Dov_Kulka.html. Retrieved 2009-05-05

- LAMBERT, Jacques. *América Latina: estructuras sociales y Instituciones Políticas*. Buenos Aires, Ariel, (1968), 1973.
- LEWIN, Moshe. “*Making of the soviet system*”. Nova York, Phanteon, 1985.
- LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco. C. *Terra Prometida. Uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, 2000.
- MARTEL, Gordon (ed.) *The Origins of the Second World War reconsidered*. Londres, Routledge, 1999.
- MILZA, Pierre e BERNSTEIN, Serge. *Le fascisme italien*. Paris, Seuil, 1989.
- MOMMSEN, Hans. *Herrschaftsalltag im Dritten Reich: Studien und Texte (Studies and Texts)*, Munique, DTV, 1988
- _____. “*The Search for the ‘Lost History’*” pages 101–113 In: Forever In *The Shadow of Hitler?* Ernst Piper, Humanities Press, Atlantic Highlands, 1993 pages 101–102
- NEUMANN, Franz. *Behemoth. The Structure and Praticce of National-Socialism, 1933-1944*. Nova York, Lyndon & Co., 1944.
- _____. *The Democratic and the Authoritarian State*. New York, The Free Press of Glencoe, 1957, p. 257.
- MOSSE, George L. *Les raciness intellectuelles du Troisième Reich: la crise de l'idéologie allemande*. Paris, Histoire, Armand Colin, 2003.
- NOLTE, Ernst. *Die faschistischen Bewegungen (Os movimentos fascistas)*. Munique, DTV, 1982.
- PAUL, G. e MALLMANN, Klaus. *Die Gestapo, Mythos u. Realität*. Darmstadt, Primus Verlag, 1996.
- PAXTON, Robert. *A Anatomia do Fascismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2009 A edição original é de 2004.
- POULANTZAS, Nicos. *Pouvoir Politique et Classes Sociales*. Paris, F. Maspero, 1968, p. 160.

POULANTZAS, Nicos. *Fascisme et Dictature*. Paris, F. Maspero, 1970.

POULANTZAS, Nicos. *A crise das ditaduras*, Rio, Paz e Terra, 1976.

PRESTES, Anita L. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*. Petrópolis, Vozes, 1987.

ROUQUIÉ, ^a. *Le rôle politique des forces armées en Amérique latine*. État des travaux. Revue Française de Sciences Politiques, t.XIX, 4, 1969.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. (Org.) *Dicionário Crítico do Pensamento de Direita*. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.

TODOROV, T. *Em face do extremo*. Campinas, Papirus, 1995.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn, 3ª edição, Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1994.